PROBLEMAS BRASILEIROS

CONGRESSO: REFORMAS, CENTRÃO E DEMOCRACIA

PM CARA A CARA COM O CORONAVÍRUS

ENTREVISTA

Luiz Felipe Pondé

"Em ambientes de muito medo...
As pessoas tendem a ser mais violentas."

POR OCTÁVIO FERRAZ

Saúde como direito humano

Professor do King's College comenta o seu livro inédito

SUS na pandemia

COVID-19 ILUMINA EXCELÊNCIAS E FRAGILIDADES DO SISTEMA DE SAÚDE USADO POR OITO EM CADA DEZ BRASILEIROS

[1]R$290,55 - Plano Exato Adesão Trad. 16 F AHO QC COP (registro na ANS nº 476.942/16-2), da SulAmérica Saúde, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva, abrangência geográfica de atendimento nacional (tabela de Janeiro/2020 - SP). A disponibilidade e as características da rede médica e/ou do benefício especial podem variar conforme a operadora de saúde escolhida e as condições contratuais do plano adquirido. Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as condições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Junho/2020.

PRESIDENTE **Abram Szajman**
SUPERINTENDENTE **Antonio Carlos Borges**

www.agenciatutu.com.br

REDAÇÃO
Rua Santa Cruz, 722, 5º andar
CEP 04122-000
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA **Demian Russo**
DIRETORA DE CONTEÚDO **Elisa Klabunde**
EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Lucas Mota MTB 46.597/SP
EDITORAS-ASSISTENTES **Leda Rosa e Lúcia Helena de Camargo**
REPÓRTER **Filipe Lopes**
FOTOS **Christian Parente**
ESTAGIÁRIA **Gabriela Almeida**
REVISÃO **Bruna Baldini e Flávia Marques**
DIRETORES DE ARTE **Clara Voegeli e Demian Russo**
EDITORA DE ARTE **Carolina Lusser**
DESIGNERS **Bruck Nogueira, Cintia Funchal, Joélson Buggilla, Paula Seco, Pedro Vá e Tiago Araujo**
COLABORAM NESTA EDIÇÃO **Agência BORI, Antonio Lanzana, Gabriel Fialho, Herbert Carvalho, Jean Galvão, Marcus Lopes, Moura Leite Netto, Octávio Ferraz, Paulo Delgado e Renato Galeno**
RELAÇÕES PÚBLICAS
Maria Izabel Collor de Mello e Paula Dias
CAPA **Joélson Buggilla**
CONSULTORIA DE CONTEÚDO **André Rocha**

www.revistapb.com.br

FALE COM A GENTE **publicacoes@fecomercio.com.br**
IMPRESSÃO **Pigma**
DISTRIBUIÇÃO EM BANCAS E REDES DE LIVRARIAS
Total Publicações (Grupo Abril)
Edicase Gestão de Negócios

PB | #459

Além de atender oito em cada dez brasileiros, o Sistema Único de Saúde (SUS) é referência mundial no transplante de órgãos e no combate ao tabagismo. Na atual pandemia, mostrou toda a sua relevância na capilaridade e no acolhimento dos doentes. Ao mesmo tempo, a proliferação do covid-19 também realçou seus gargalos históricos, provocados pelos investimentos que minguam progressivamente em várias frentes.

O QUE O BRASIL PODE DIZER PARA O BRASIL?

Muita coisa. Em 2014, iniciamos um projeto para pensar o País. Conversamos com muita gente (aqui e no exterior também), promovemos debates, retratamos a diversidade de opiniões e buscamos a nossa identidade. Mobilizamos pessoas para fazer parte de uma grande troca de ideias sobre a vida brasileira. E agora, estamos aqui para fazer um convite: acesse UM BRASIL e descubra o que o Brasil tem a dizer para você.

UM BRASIL

UMA REALIZAÇÃO

WWW.UMBRASIL.COM

 @canalumbrasil

SUMÁRIO

SOB A PRESSÃO DA PANDEMIA

Um sistema público de saúde capaz de atender à soma das populações da Alemanha, Inglaterra, Noruega e Suíça, além de ser considerado exemplo mundial em tratamentos de combate ao tabagismo e transplante de órgãos. Certamente, muitas pessoas não creditariam tal definição ao Sistema Único de Saúde (SUS).

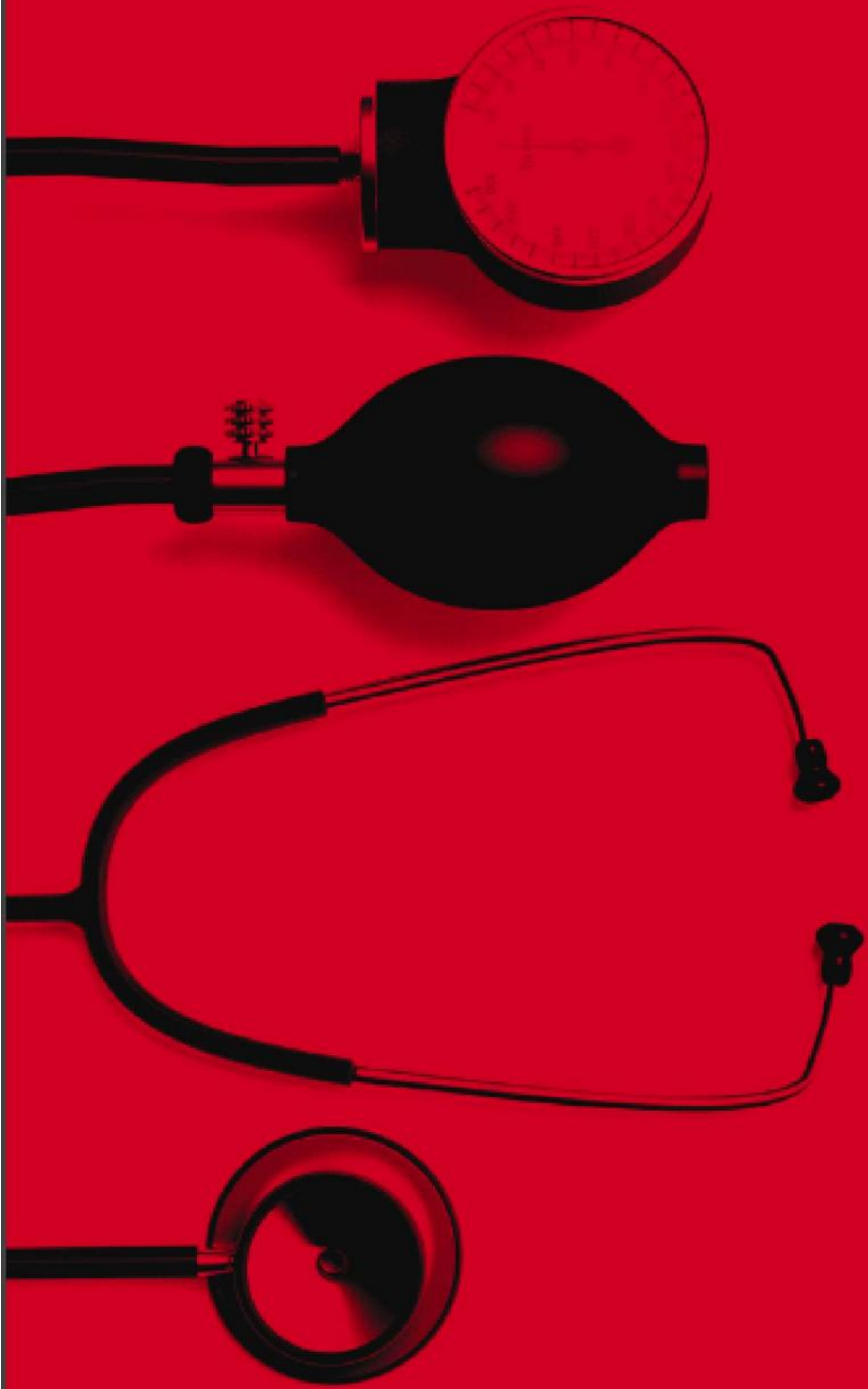
Criado com base na Constituição de 1988, o SUS provou, em mais de três décadas, que se trata de um modelo eficaz e universalizado, mas ainda carente de investimentos em algumas frentes. O assunto é discutido na matéria de capa desta edição de **PB**, que traz impressões sobre pontos positivos e negativos do sistema, exemplificadas por pacientes que conheceram os "dois lados da moeda".

A pandemia causada pelo novo coronavírus acentuou contrastes do seu funcionamento, além de pressionar sua capacidade de atendimento. Para se ter ideia, 283 mil clientes deixaram os planos privados em dois meses, segundo dados oficiais. Se, por um lado, os gargalos ficaram mais evidentes, por outro, o SUS tornou-se fundamental no enfrentamento da doença ao oferecer uma rede capilarizada. Não se pode negar, no entanto, que a instabilidade política e a ausência de um plano nacional de combate afetaram a condução das ações.

Além disso, é indiscutível o papel dos meios de comunicação em um momento de crise pela qual o País atravessa. A atuação do SUS, bem como os fatores que o definem, é um bom exemplo da necessidade de interpretarmos, com racionalidade, as situações adversas com as quais lidamos. Nesse sentido, a **PB** reforça as importâncias da diversidade de opiniões e da investigação como bases para preservar o direito à informação.

E, falando de informação, é com alegria que destacamos nesta edição o lançamento do site da **PB** (*www.revistapb.com.br*). Ele traz para o ambiente digital a análise dos fatos que impactam a vida do brasileiro e seus desdobramentos socioeconômicos e culturais. Assim, a revista ganha um novo canal com conteúdos exclusivos para aprimorar a interação com o leitor.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

FORTE E FRÁGIL
O PARADOXO DO SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) se destaca por oferecer o maior programa mundial de imunização e de transplantes de órgãos, pela distribuição de medicamentos contra a aids e pelas políticas de combate ao tabagismo. Acima de tudo, oferece assistência gratuita para 210 milhões de habitantes em território nacional. Paradoxalmente, seus gargalos ficam mais expostos no atual cenário de pandemia.

---

texto MOURA LEITE NETTO

Em 1988, quando o Brasil somava cerca de 140 milhões de habitantes, a Constituição falava em saúde alicerçada nos princípios de universalização, equidade e integralidade. Passadas três décadas, o Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos mais robustos programas de saúde pública do mundo. A Organização Mundial de Saúde (OMS) enaltece o SUS a ponto de compará-lo com os programas de saúde pública da Alemanha, da Inglaterra, da Noruega e da Suíça. A diferença é que esses países são mais ricos e menos populosos. Para efeito de comparação, hoje, os quatro juntos somam 150 milhões de habitantes, enquanto o Brasil tem 210 milhões.

Estima-se que oito entre dez brasileiros são usuários do SUS. Ao longo das últimas três décadas, foi possível ter acesso gratuito ao maior programa de imunização e de transplante de órgãos do mundo. Destaca-se também pela distribuição de medicamentos contra a aids, que se tornou referência mundial; assim como as políticas de combate ao tabagismo, que foram êxito dos programas de saúde da família e de agentes comunitários de saúde.

O SUS também se diferencia pela *expertise* de seus profissionais e acessibilidade no atendimento de acidentes e traumas. É o caso do encarregado de produção Luiz Fernando Zanga, de 47 anos, que caiu por cima do punho andando numa pista de skate em São Paulo. "Peguei um Uber e fui ao hospital do Ipiranga [*em São Paulo*]. Fui atendido prontamente na Emergência, constataram a lesão e marcaram a cirurgia. O médico colocou o meu punho no lugar, engessou, e operei duas semanas depois."

Paradoxalmente, o SUS apresenta gargalos que o impedem de cumprir à risca o que determina a lei que o criou. O principal golpe sofrido pelo sistema foi a Emenda Constitucional 95, aprovada em 2016, que intensificou os cortes de investimentos anuais em saúde. Somente em 2019, a perda de investimentos na área foi de R$ 20 bilhões, segundo o Conselho Nacional de Saúde (CNS), o que significa, na prática, a desvinculação do gasto mínimo de 15% da receita da União com a área. "Esse corte impactou no tempo de espera para atendimento, em falta de reposição de pessoal, fechamento de leitos e redução de programas", lamenta o médico sanitarista José Gomes Temporão.

Antes da pandemia, o gargalo do SUS sempre foi o subfinanciamento, observa a bióloga Natalia Pasternak Taschner. "Apesar de uma boa cobertura nacional, ele sempre operou no limite. É excelente, mas nunca deu conta do recado, por causa do volume e dos investimentos insuficientes", destaca Natalia, que é pesquisadora do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de São Paulo (ICB-USP) e presidente do Instituto Questão de Ciência. A opinião é compartilhada pela médica sanitarista Luciana Dias Lima, pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). "Infelizmente, nunca tivemos recursos financeiros suficientes para, de fato, expandir e qualificar o SUS de forma adequada. A pandemia vem para reforçar a importância do SUS, ao mesmo tempo que traz à tona também problemas estruturais que a gente não conseguiu equacionar. É uma contradição histórica", analisa Luciana.

Entre prós e contras, o SUS é a única grande novidade mundial de cobertura continental de saúde, segundo o sociólogo Paulo Delgado, copresidente do Conselho de Economia Empresarial

AO MENOS 70 MIL BRASILEIROS DEIXARAM DE RECEBER O DIAGNÓSTICO DE CÂNCER ENTRE MARÇO E JUNHO

e Política da FecomercioSP. "Se não fosse o SUS, o País já teria entrado em convulsão. Dentro da rede de proteção social em que ele está inserido, é o principal polo de acolhimento do sofrimento das pessoas", avalia o ex-deputado constituinte.

Em nota oficial à reportagem da **PB**, o Ministério da Saúde destaca que, desde o início da pandemia, pagou R$ 54,7 bilhões a Estados e municípios para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde, sendo R$ 9,9 bilhões voltados exclusivamente para combater o coronavírus, incluindo o fortalecimento da rede hospitalar e serviços de Atenção Primária à Saúde (APS). O governo federal afirma também que outros R$ 13,8 bilhões foram autorizados para serem repassados a Estados e municípios.

O ministério informa que foram habilitados 9.201 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) exclusivos para covid-19. Houve a distribuição de 15,5 milhões de medicamentos, sendo 4,4 milhões de comprimidos de cloroquina e 11,1 milhões de cápsulas de oseltamivir; e compra e distribuição de 163,3 milhões de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para uso de profissionais de saúde, como máscaras, luvas, aventais e álcool em gel. Foram enviados 12,3 milhões de testes de diagnóstico para todo o País, comprados e distribuídos 6.549 ventiladores e contratados mais de 6 mil profissionais de saúde para reforçar o atendimento.

PRESSÃO DA PANDEMIA

Na opinião do médico cardiologista e presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), Marcelo Queiroga, em momentos como este, de emergência na saúde pública, fica evidente a importância do SUS. "A gente só ouve falar do sistema público de saúde", observa Queiroga. A observação é confirmada pelos números. Balanço divulgado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aponta que os planos privados perderam 283 mil clientes em dois meses. Comparativamente, em todo o ano de 2019, houve uma perda de 60,4 mil clientes.

Nestes quatro primeiros meses de pandemia no País, as ações de enfrentamento se mostraram contrastantes. Na opinião de José Gomes Temporão, pesquisador da Fiocruz e ex-ministro da Saúde no governo Lula, o Brasil começou bem, com medidas de distanciamento social e grande esforço para ampliação da capacidade instalada de leitos, e equipes especializadas por regiões, assim como para buscar alternativas frente à falta de testes, de respiradores e de EPIs, entre outros insumos.

Por sua vez, o início promissor, que resultou em achatamento da curva e diminuição da capacidade de disseminação do Sars-CoV-2 (vírus causador do covid-19), durou pouco. "O ideal seria ter mantido, por um período de dois meses pelo menos, uma adesão à quarentena acima de 70%. O problema é que nunca conseguimos fazer isso, em nenhuma grande região metropolitana. Se tivéssemos feito direito, teríamos ficado menos tempo em um isolamento maior e já poderíamos estar planejando o retorno de maneira organizada e sem protocolos", opina Luciana, da Fiocruz.

"O problema é que o enfrentamento de uma pandemia não pode ocorrer apenas pelos serviços de saúde. Precisa ser feito de forma integrada entre os diversos setores da sociedade e com uma participação essencial e individual de toda a população", diz o médico sanitarista Walter Cintra Ferreira Junior, doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Apesar de afirmar que o enfretamento do covid-19 é missão de todos, Ferreira Junior deixa claro que, em sua visão, o Ministério da Saúde precisa assumir a liderança nas ações. "O que se viu, por parte do governo federal, foi o uso político, no pior sentido, da pandemia. Temos um Ministério da Saúde acéfalo, prescrevendo protocolos de tratamento sem nenhum amparo científico. As próprias orientações de prevenção, como o distanciamento social e o uso de máscara, têm sido sistematicamente desacreditados por lideranças alinhadas ao governo federal, passando à população uma mensagem de dubiedade quanto à gravidade da doença."

Para Natalia Pasternak, o fortalecimento do SUS passa pelo investimento em pesquisa. Segundo ela, a ciência não pode ser responsiva, mas proativa. "Para isso, ela precisa de investimento contínuo, tanto em pesquisa básica (pois sem ela a gente não teria edição de genoma e biotecnologia) como também em pesquisa aplicada, para que possa haver geração de tecnologia. O investimento não pode aparecer só na hora da emergência", afirma.

QUEM MORRE MAIS?

Análise feita pela Rede Nossa SP, ao cruzar dados da Prefeitura de São Paulo com o Mapa da Desigualdade, divulgada na segunda quinzena de junho, mostrou que bairros com as maiores proporções de pessoas pretas e pardas têm mais mortes causadas por covid-19. A correlação também é feita em relação à moradia: bairros com mais favelas tendem a ter mais casos e mortes. Esse dado corrobora o que foi relatado no estudo Deaths Involving Covid-19 by local areas and socioeconomic deprivation, realizado pelo Office for National Statistics [*maior produtor independente de estatísticas oficiais do Reino Unido*], também publicado em junho, que aponta que na Inglaterra, a taxa de mortalidade padronizada por

O COVID-19 E A POBREZA NO BRASIL

O mapa da desigualdade, em âmbito nacional, mostra que Florianópolis, que têm apenas 4% da população com renda menor do que R$ 5,50 por dia, registra 1,2 morte por covid-19 para cada 100 mil habitantes. Já em Manaus, que têm 31% da população com renda diária inferior a R$ 5,50, são registradas 50 mortes para cada 100 mil.

BRASIL
25% • 9,5

Maiores taxas

MACAPÁ
39% • 17

SÃO LUÍS
32% • 41

RECIFE
31% • 45

MANAUS
31% • 50

Menores taxas

GOIÂNIA
9% • 2,4

CURITIBA
8% • 1,7

FLORIANÓPOLIS
4% • 1,2

PORTO ALEGRE
10% • 1,7

% Porcentual da população que vive com menos de R$ 5,50 por dia*

• Mortalidade por covid-19 (óbitos por 100 mil habitantes)**

*Fonte: IBGE (PNAD-C, 2018)
**Dados coletados no dia 21/5/20 e sujeitos a alteração diária.
Fonte: Ministério da Saúde e IBGE/Projeção Populacional 2019.

idade das mortes envolvendo covid-19 nas áreas mais carentes foi de 128,3 por 100 mil habitantes, o dobro da taxa nas áreas menos carentes (58,8 mortes por 100 mil).

O ex-ministro Temporão atenta para o fato de haver 40 milhões de brasileiros que trabalham por conta própria, sem qualquer tipo de proteção social, além de 12 milhões de desempregados e 12 milhões que trabalham em condições muito precárias, insalubres, sem saneamento básico e informação, muito impactadas por doenças crônicas – como hipertensão, diabetes e doenças cardiovasculares, pulmonares e metabólicas. "Isso faz com que esses setores da sociedade estejam mais dispostos a adoecer, assim como, durante a doença, adquirir complicações que possam levar à necessidade de internação."

Em resposta a essa problemática, o Ministério da Saúde lançou duas novas estratégias para aumentar a capilaridade da distribuição das equipes que atuam na atenção à saúde primária, em especial nas regiões em maior situação de vulnerabilidade social. A ideia é que, com recursos federais, os municípios criem centros comunitários de referência e/ou centros de atendimento para enfrentamento do covid-19.

"As pessoas com sintomas de síndrome gripal podem se deslocar a um desses centros, evitando que os usuários fiquem expostos ao vírus nas unidades de saúde. Esses estabelecimentos, cujo credenciamento é temporário, receberão prioritariamente os casos suspeitos de covid-19, com a tarefa de permitir o atendimento nas fases iniciais da doença, possibilitando o diagnóstico e o tratamento precoce dos pacientes, assim como a coleta de exames dos casos mais leves", destaca a nota.

OUTRAS DOENÇAS

Quando o SUS foi criado, os maiores vilões da saúde do brasileiro eram as doenças associadas à desnutrição e à falta de saneamento básico, como difteria, coqueluche, sarampo, tétano, poliomielite e doenças diarreicas. Com vacinação e investimentos no âmbito social, esse cenário

ESTIMA-SE QUE 7 ENTRE 10 CIRURGIAS DE CÂNCER NÃO FORAM REALIZADAS POR CAUSA DO COVID-19

se alterou. Paralelamente, a expectativa de vida da população aumentou, e, com isso, cresceu a prevalência de doenças crônicas como câncer, derrame, Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), colesterol alto, hipertensão, asma, diabetes, dentre outras. Com o anúncio da pandemia, momento em que pouco se sabia sobre o potencial impacto da doença nos sistemas público e privado de saúde, a recomendação "fique em casa" não foi seguida da ressalva de que os pacientes com essas doenças deveriam manter o tratamento, e as demais pessoas, seguirem atentas aos sinais do corpo e procurar o médico em caso de sintomas.

A Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica (SBCO), no primeiro momento, orientou que os pacientes com tumores em fase inicial tivessem as suas cirurgias reagendadas. "Muitos desses pacientes, cujo tumor tinha um perfil biológico que não indicava progressão durante os primeiros meses de pandemia, foram orientados a ter as cirurgias eletivas adiadas. Por sua vez, vimos que uma grande parcela dos pacientes com doença avançada ou maior risco de progressão não se sentia segura em operar, por medo de contaminação", conta o cirurgião oncológico e presidente da SBCO, Alexandre Ferreira Oliveira.

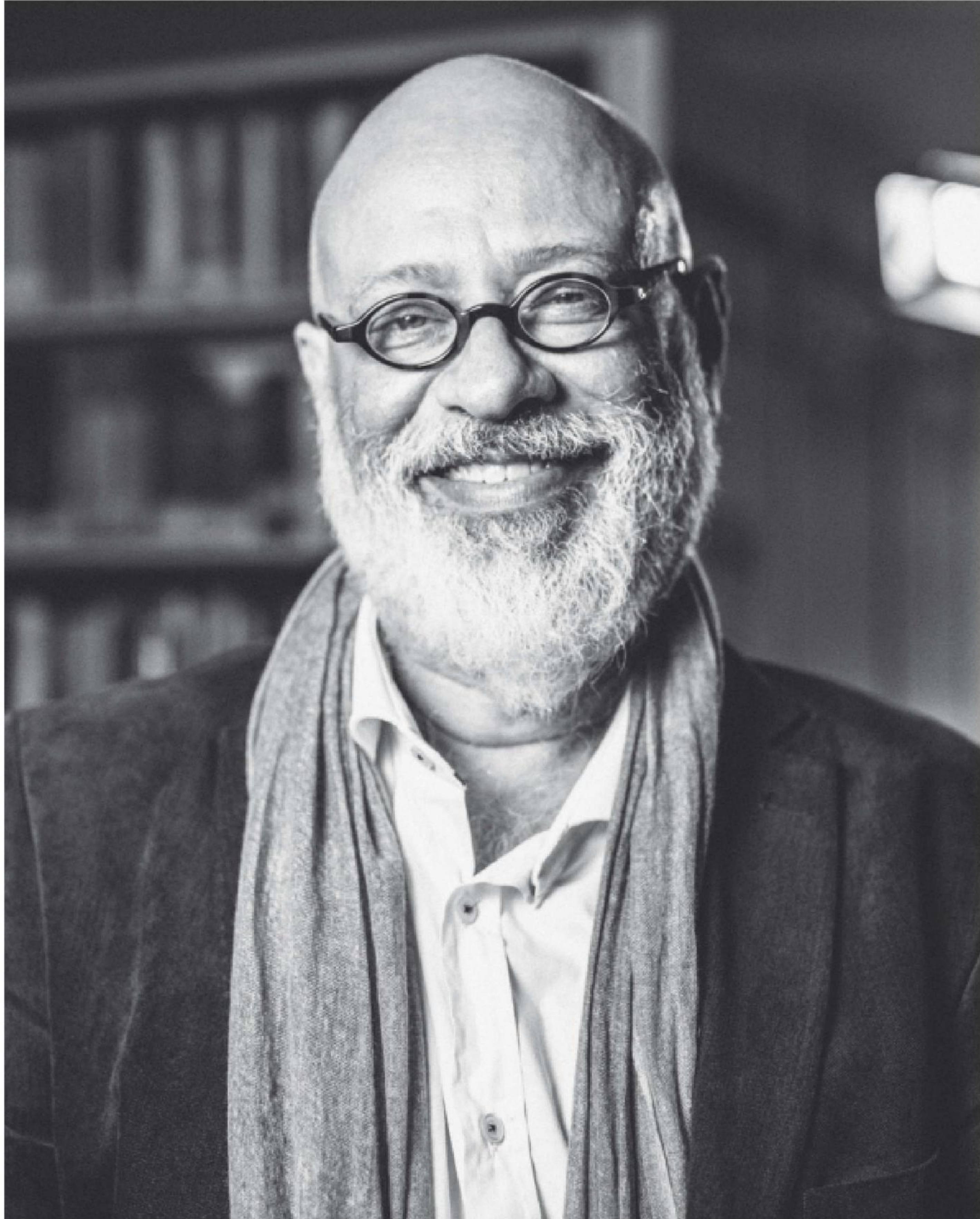
De acordo com a entidade, sete entre dez pacientes com câncer ou com suspeita de tumor deixaram de ser operados entre março e junho. Desde o começo da pandemia, segundo a Sociedade Brasileira de Patologia (SBP) ao menos 70 mil pessoas deixaram de receber o diagnóstico de câncer nos três primeiros meses de pandemia. "O risco é que tenhamos uma epidemia de casos avançados de câncer por conta da pandemia de covid-19", alerta o médico patologista e presidente do Conselho Consultivo da SBP, Clóvis Klock.

Por meio de campanhas como O Câncer Não Espera, sociedades médicas, hospitais, clínicas e ONGs chamam a atenção para o risco de progressão da doença. "Sabemos a gravidade de tudo o que estamos vivendo, mas o câncer e as outras doenças crônicas deveriam receber uma atenção mais adequada no momento. Estamos tendo um grande represamento de casos, que precisarão de cuidados", ressalta a presidente do Instituto Oncoguia, Luciana Holtz.

Antônia Maria Gonçalves da Silva, 54 anos, não negligenciou o tratamento oncológico, uma rotina que a acompanha desde 2011, quando ela foi diagnosticada com câncer nas duas mamas. Ela passou pelas cirurgias bilateral e reconstrutora. Antes, fez 16 ciclos de quimioterapia e 28 sessões de radioterapia e, tempos depois, retirou útero, ovário e trompas. Faz uso de terapias de manutenção, como o tamoxifeno, até hoje, assim como os exames periódicos. "Isso tudo pelo SUS, sem nunca ter faltado nada para mim", conta.

Além do câncer, a pandemia também afetou os pacientes com doenças cardiovasculares, inclusive com consequências mais imediatas. A Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) aponta que houve um aumento de 30% nas mortes em domicílio por Acidente Vascular Cerebral (AVC), infarto e outras doenças cardiovasculares em relação ao mesmo período do ano passado. Em 2019, entre os meses de março e maio, foram 11,99 mil mortes por doenças cardíacas. Neste ano, foram 15.847 óbitos. Na avaliação da SBC, as mortes por doenças cardíacas têm possivelmente três fatores principais: acesso limitado a hospitais onde houve sobrecarga do sistema de saúde, redução da procura por cuidados médicos devido ao distanciamento social ou por medo de contrair covid-19, e também o isolamento que prejudica a detecção de sintomas.

"As doenças cardiovasculares são as principais causas de morte do mundo. Você coloca acima disso uma doença pandêmica, infectocontagiosa, que tem uma capacidade de gerar o problema que tem gerado. Ela sobrecarrega o sistema de saúde fortemente. Nós temos dificuldades, sobretudo, de leitos hospitalares que tenham uma qualidade homogênea no País", contextualiza o presidente da SBC, Marcelo Queiroga.

O Ministério da Saúde reconhece que muitos deixaram de procurar os serviços de saúde para tratar outras doenças. A pasta reforça que o SUS está apto a garantir o atendimento à população, além de orientar os gestores com novas alternativas, por meio de notas técnicas e incentivo à telemedicina, visitas domiciliares, busca ativa dos pacientes que necessitam ter suas doenças controladas, atendimento em áreas separadas dos casos de covid-19, entre outras medidas. A pasta reitera que, no campo da imunização contra o vírus, firmou parcerias com a Universidade de Oxford e a AstraZeneca.

LUIZ FELIPE PONDÉ

Filósofo e escritor, Luiz Felipe Pondé é diretor do Laboratório de Política, Comportamento e Mídia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), além de professor da Fundação Armando Alvares Penteado (Faap) e colunista da *Folha de S.Paulo*. Também é influenciador digital, com mais de 1 milhão de seguidores nas redes sociais

entrevista RENATO GALENO | fotos CHRISTIAN PARENTE / acervo UM BRASIL

Como superar o medo que a pandemia traz para uma sociedade já fragilizada social e economicamente e não se deixar dominar pelo autoritarismo oportunista? Esse dilema é tema de reflexão do filósofo e escritor Luiz Felipe Pondé. Em entrevista ao **UM BRASIL**, e publicada com exclusividade pela **PB**, ele traça um paralelo entre o cenário contemporâneo de pandemia causada pelo covid-19 com outros episódios de horror vividos pela humanidade, como o surgimento do nazismo e a Segunda Guerra Mundial. Segundo o filósofo, em todos os casos, o medo paralisou as pessoas e foi usado por governos autoritários para estabelecer o controle da população.

Com medo do presente e sem uma resposta rápida para a solução da crise sanitária no futuro, as pessoas podem permitir serem controladas em troca da sensação de bem-estar. "Momentos epidemiológicos são de estressamento de liberdades individuais, e, por meio da tecnologia já em uso na China e com potencial para ser implantada no Ocidente, podemos entrar num ambiente onde as pessoas queiram ser monitoradas, inclusive para se sentirem mais seguras em relação à própria saúde", afirma Pondé.

Outro ponto que dificulta a superação da pandemia é a fragilidade da sociedade atual, não acostumada a viver com o risco, por isso, é menos preparada para encarar momentos difíceis. "Tecnicamente, do ponto de vista médico, estamos mais preparados, mas não estamos acostumados a viver o risco – o que escapa ao nosso controle –, pelo fato de que estamos acostumados à segurança."

Recentemente, você afirmou que a virtude brotaria em momentos de desespero. O que isso significa?

A virtude é um combate a vícios opostos, no sentido aristotélico. A coragem, uma das maiores virtudes para Aristóteles, é um terceiro ponto que combate dois vícios ao mesmo tempo: a temeridade, que é a pura e simples indelinquência, que não reconhece o medo e o risco; e a covardia, que sucumbe ao medo do risco. Então, na visão aristotélica, significa justamente essa capacidade, essa força de você conseguir resistir àquilo que normalmente seria mais fácil ceder. Sob esse ponto de vista, se dermos um passo para trás no tempo, se formos ao século 5, que é o grande ciclo da tragédia grega, a virtude brota do solo do desespero, porque a vida do homem é lançada da fortuna ao acaso, à contingência, àquilo que não temos controle. É claro, que nos últimos cem anos, a humanidade teve uma experiência enorme de controle como nunca teve. Se imaginar uma sociedade como a grega há 2,5 mil anos, existia muito menos controle do que hoje, as doenças faziam muito mais estrago, a longevidade era muito menor, a morte de mulheres no parto era muito maior. Você tinha uma série de variáveis que lembravam a esse homem que ele não é o centro do que acontece no mundo e não tem controle sobre tudo.

Portanto, a virtude brota do esforço para enfrentar uma situação na qual não se tem esperança, pois, no fim, sempre perdemos. Hoje, com a pandemia, temos a experiência de contingência radical, da nossa incapacidade de controlar e entender que não importa o que façamos, muitos morrerão. Porque, afinal, o vírus é a reencarnação do acaso.

E esse alerta, dessa coragem aristotélica, é um convite à moderação e, em certa medida, seria exatamente essa falta de coragem que está nos apertando. Essa falta de coragem explica algumas reações das pessoas sobre o coronavírus, que vai do medo paralisante à temeridade de ignorar completamente a doença?

Acredito que existam pessoas paralisadas pelo medo, que acham que a epidemia vai passar antes da descoberta de uma vacina se todos ficarem trancados em casa. Naturalmente, a epidemia só arrefece quando um número significativo de pessoas cria anticorpos, o que é chamado tecnicamente de "imunidade de rebanho". Isso cobra um preço alto dependendo da letalidade da epidemia. Temos uma incapacidade de entender que não importa o que fizermos, muitos morrerão. Hoje, existe uma espécie de alarmismo absoluto que, no Brasil, assumiu uma polarização política, a *grosso modo*, entre Doria e Bolsonaro, para citar dois exemplos.

De um lado, a ideia daqueles que acham que só poderão sair de casa quando o risco for zero, como se algum dia a vida fosse risco zero. E do outro lado, os representantes do passeio de jet-ski, do churrasco na cobertura ou na laje. Temos duas posições opostas, mas que nenhuma é prudente. No primeiro caso, porque as pessoas não vão sobreviver à pandemia trancadas em casa. Precisamos passar pelo vírus, até surgir a vacina, mas mesmo assim a vacina tem de vir todo ano, como no caso da influenza, pois sempre tem a mutação do vírus. Entretando, a humanidade não pode ficar trancada em casa por um ano, esperando a vacina. A gente vai se matar, enlouquecer e morrer de fome. Bom, o caso do jet-ski não é prudente de formas óbvias.

Este vírus é insensível e igualitário porque ataca qualquer um, sem diferença de credo ou raça, porém, ele não é equânime, porque epidemias seguem contornos socioeconômicos.

Como fazer, conforme o contágio for diminuindo aos poucos, para se voltar à normalidade?

O problema é que o Brasil não é uma Europa, nem uma África pobre. O Brasil tem condições de saber o que está acontecendo e condições de fazer alguma coisa em algum grau. Portanto, não está na mesma condição dos países pobres da África, que não podem saber e fazer nada, mas temos miséria suficiente para não atingirmos um desempenho alemão, holandês, inglês ou mesmo italiano. Essa condição híbrida do Brasil é o problema capital da gestão, que não é completamente miserável, mas também não suficientemente não miserável para ter uma ciência epidemiológica e de tratamento da crise sanitária dentro dos moldes completamente seguros, como de países da Europa.

O surgimento do mundo remoto, com home office e delivery, permanecerá no pós-pandemia?

A atividade remota vai crescer em certos ambientes de TI [*tecnologia da informação*] e nas empresas que lidam com os *millennials* – que já trabalham em casa –, mas algumas atividades permanecerão presenciais. Por exemplo, os eventos corporativos, que carregam consigo as pessoas que comparecem, o networking, o momento do café no bar; não se trata só de conteúdo, como é no mundo remoto – pobre em termos humanos.

Recentemente, você publicou texto que faz relação entre o medo e o que chamou de "miséria ética" e mencionou o colaboracionismo nas zonas ocupadas pelo nazismo na Segunda Guerra Mundial. Qual é essa relação entre o medo e a imoralidade?

Ao contrário do que o marketing está fazendo parecer, em ambientes de muito medo, a miséria ética é muito maior do que a virtude. As pessoas ficam mais covardes, mais mentirosas, tendem a ser mais violentas umas com as outras. A analogia à Segunda Guerra é porque nos países que foram ocupados pelos nazistas, não houve quase nenhuma resistência, contrariamente ao que o cinema fala. Na França, que já se falou da resistência francesa, grande parte dela é um mito, é uma construção do fim da guerra para recolocar a França como um dos aliados, porque ela, na verdade, foi dominada pelos nazistas, e o sul, chamado de "República de Vichy", era colaboracionista total, fascista, e apoiou os nazistas. Países como a Sérvia e a Grécia, onde houve uma resistência bastante forte, em ambos os casos, feitas por comunistas, financiados por Stalin, naquele momento eram aliados da Inglaterra e dos Estados Unidos; porque então, naquele momento, União Soviética, Estados Unidos e Inglaterra lutavam juntos contra a Alemanha.

Mas a maior parte da Europa colaborou. A população colaborou porque tinha medo. Então a relação entre medo e miséria ética é que o medo deixa você preocupado com o que vai comer, então você vende a alma ao diabo. É muito difícil resistir ao medo de epidemia ou de regimes totalitários violentos, como o caso do regime nazifascista, o stanilista da União Soviética. O marketing fala tanto em solidariedade, de como as pessoas precisam se amar, de que não vai haver consumo, o que é uma piada, pois o marketing visa ao consumo.

Costuma-se dizer que o coronavírus é democrático, mas ele afeta a maior parte da camada mais pobre da população. Ele é, de fato, igualitário?

Este vírus é insensível e igualitário, porque ataca qualquer um sem diferença de credo ou raça, porém, ele não é equânime, porque epidemias seguem contornos socioeconômicos. A doença se tornou uma pandemia porque as pessoas mais ricas viajaram e trouxeram o vírus de avião da China para os mais pobres. Quando se fala em *lockdown* para quem mora em favela ou periferia, significa que ela vai ficar trancada em casa com 15 pessoas, que pode morrer no sistema de saúde, o que não é novidade. Isso não significa que o confinamento não seja importante, mas significa que o gestor brasileiro tem de ter a noção de que não pode fechar tudo, como na Nova Zelândia. O debate epidemiológico no Brasil, se não for regado com certo cuidado, pode virar alienação completa da realidade.

”

Ao contrário do que o marketing está fazendo parecer, em ambientes de muito medo a miséria ética é muito maior do que a virtude. As pessoas ficam mais covardes, mais mentirosas, tendem a ser mais violentas umas com as outras.

Você tem demonstrado grande preocupação com a possibilidade da manutenção de mecanismos de controle social. No contexto da pandemia, a manutenção desses mecanismos pode prejudicar a qualidade da nossa democracia?

De fato, os chineses têm desprezo natural pela democracia. Eles entendem que a política é assunto para técnicos e especialistas e acham que Hong Kong é infeliz porque vive numa bagunça enorme, pois tem influência britânica. Bom, a China tem mecanismos de controle populacional gigantescos, você sente isso convivendo com a população. Eles estão acostumados com controle.

O risco que percebo é que as pessoas estão dispostas a abrir mão da liberdade pela segurança, porque as pessoas que vivem de fato na liberdade de expressão são: jornalistas, intelectuais, professores, ainda que grande parte dessas pessoas tenha colaborado com os nazistas também. Exemplo de Sartre, que tanto falava em revolução, em revolta, mas que nada fez contra o regime. A maior parte das pessoas dentro de uma sociedade não depende da liberdade de expressão. Ela vive sua vida, produz, ganha seu sustento, basta não ter uma ideia estranha, e passa despercebida pelo governo. Para isso, basta ter um governo competente que seja autoritário, mas não seja monstruoso.

O regime chinês é visto como organizado, competente, que a maior parte da população vê como benigno, que resolve os problemas. As medidas sanitárias são autoritárias, como na Idade Média, que emparedava a família, para que ninguém ficasse vivo. Momentos epidemiológicos são de estressamento de liberdades individuais, e, por meio da tecnologia já em uso na China e com potencial para ser implantada no Ocidente, podemos entrar num ambiente onde as pessoas queiram ser monitoradas, inclusive para se sentirem mais seguras com relação à própria saúde.

Você afirma que a sociedade atual é a menos preparada para lidar com uma pandemia. O que quer dizer com isso?

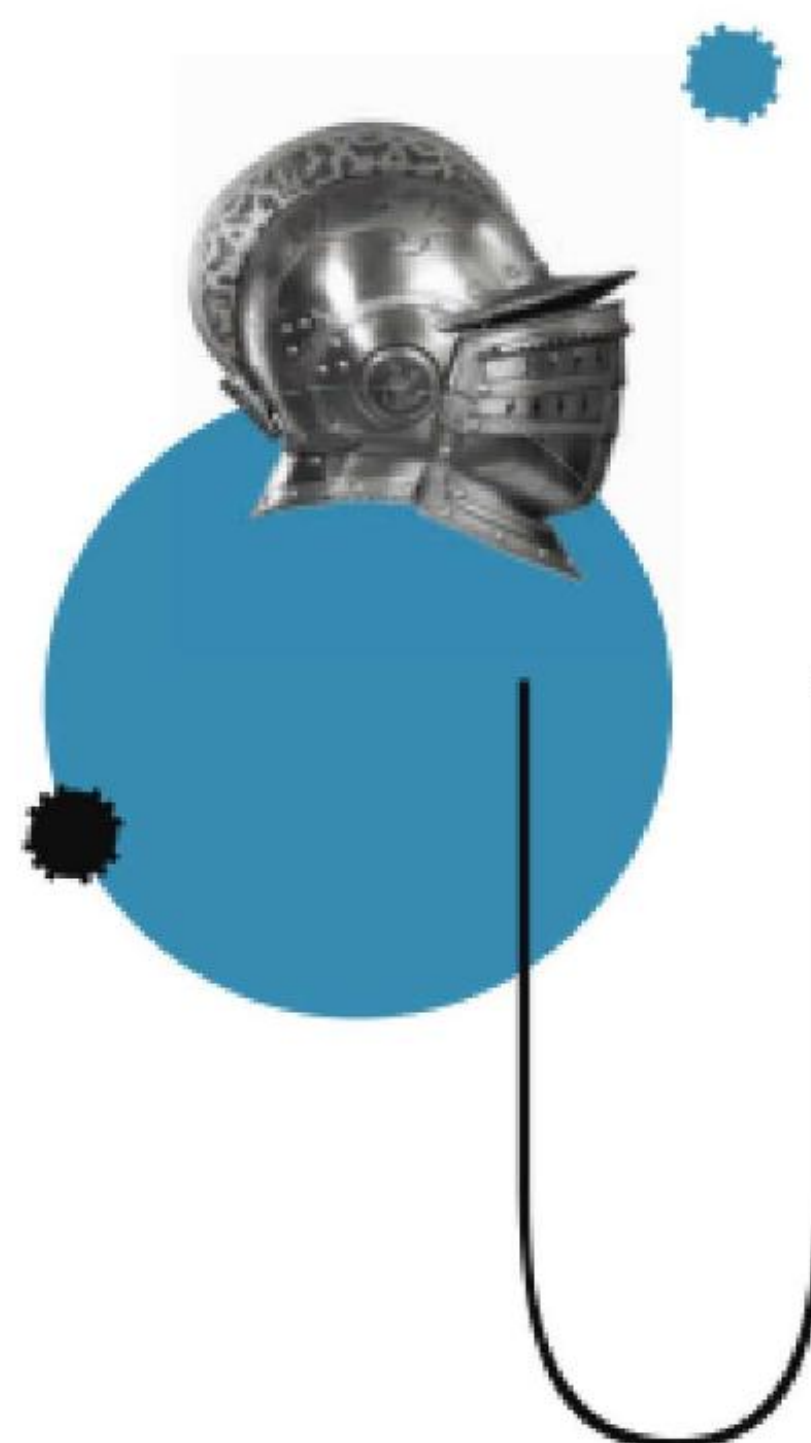
Essa é uma questão que tem circulado na literatura pública na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Alemanha, que percebe em nós certa predisposição em aceitar passivamente decisões dos governos e ter dificuldade de lidar com o risco, pelo fato de que estamos acostumados com a segurança. Quando digo que a nossa cultura é a menos preparada, quero mostrar que o comportamento é fraco, porque a gente não está acostumado a viver com o risco, com aquilo que escapa do nosso controle. Tecnicamente, do ponto de vista médico, estamos mais preparados, mas não acostumados a viver o risco – o que escapa ao nosso controle –, pelo fato de que estamos habituados à segurança.

Essa pandemia traz medo, insegurança e um número grande de fatos não habituais que geram interferência. Mas essa é uma crise global, uma dor que afeta toda parte do mundo, fazendo com que todos os países se unam a essa pandemia. No Brasil não vemos essa união. Aqui é uma exceção epidemiológica?

Vivemos uma situação de polarização, na qual não se tem governo nem oposição. E esse processo é longo, pois a degeneração política do Brasil começou a acontecer no governo Dilma [*de janeiro de 2011 a agosto de 2016*], quando veio à tona a crise econômica e os casos de corrupção do PT [*Partido dos Trabalhadores*]. Bolsonaro já é um sintoma da degeneração política, o PT perdeu a oportunidade histórica de fazer um bom governo, inclusive com uma gama de intelectuais orgânicos que trabalhavam em todos os níveis. As redes sociais apareceram de forma forte e deram voz a todo o ressentimento. Imagine que o governo Lula tinha 80% de aprovação [*em 2011*], e depois, o País votou no Bolsonaro.

Aqui no Brasil a coisa está disfuncional, muito mais do que nos outros países. Aqui a oposição é falar de impeachment, está na mídia, e não nos políticos e nas suas articulações. A mídia está fazendo seu trabalho de vigia, colocando panos quentes. Mas não temos plano B, o próprio vice, caso o presidente caia, não se sabe para onde vai. A polarização epidemiológica brasileira mostra que a política partidária está em um grau entrópico, e a própria esquerda está, pois Lula não quer que exista outra esquerda que não seja ele.

Uma realização da FecomercioSP, UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

ASSISTA À ENTREVISTA POR MEIO DO CÓDIGO QR

PREVENÇÃO POR CONTA PRÓPRIA

Pesquisa aponta que a maioria dos profissionais do serviço público, como PMs e enfermeiros, não teve treinamento para covid-19

Uma série de quatro pesquisas realizadas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-EAESP), na plataforma Survey Online, e divulgadas em maio e junho deste ano, para os profissionais atuantes na linha de frente da pandemia em todo o País, mostrou que a maioria deles teme o novo coronavírus. Aproximadamente metade conhece alguém que já se contaminou e poucos tiveram treinamento específico para trabalhar durante a pandemia.

As pesquisas foram feitas com policiais militares e civis, profissionais de saúde, agentes penitenciários e profissionais da assistência social. O primeiro levantamento teve parceria do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP); os demais foram coordenados especificamente pelo Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB) da FGV-EAESP. A ideia é orientar decisões e políticas públicas durante a pandemia.

No caso dos policiais, o levantamento online consultou 1,54 mil profissionais. Os dados mostram que, no Estado de São Paulo, apenas 34% dos policiais afirmam ter recebido algum tipo de treinamento para atuarem durante a pandemia. A taxa, que já é baixa, piora nacionalmente: nos demais Estados, a porcentagem dos profissionais que dizem ter recebido treinamento cai para 15,4%.

"A pesquisa mostra a vulnerabilidade dos nossos policiais na exposição cotidiana ao novo coronavírus durante o trabalho. Traz sinais claros da necessidade de os nossos chefes de polícia e governadores se preocuparem ainda mais com a saúde do policial neste momento de crise", avalia Rafael Alcadipani, professor da FGV e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Entre profissionais de saúde entrevistados na série da FGV-EAESP – como agentes comunitários, médicos e enfermeiros –, outro dado preocupa: apenas 32% deles apontam ter recebido Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como máscaras e luvas descartáveis. O levantamento ouviu

ENTRE MÉDICOS, ENFERMEIROS E OUTROS TRABALHADORES DA SAÚDE, APENAS 32% APONTAM TER RECEBIDO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, COMO MÁSCARAS E LUVAS DESCARTÁVEIS

1.456 profissionais de todas as regiões do País. A maioria dos profissionais de saúde entrevistados diz sentir medo da doença (85%), e mais da metade deles conhece alguém que se contaminou ou teve suspeita de ter contraído covid-19.

Para a coordenadora do NEB, Gabriela Lotta, os dados escancaram a fragilidade justamente dos profissionais de quem mais dependemos para enfrentar a pandemia. "Há escassez de equipamentos de proteção e faltam informações e suporte governamental. A maioria desses profissionais não se sente preparada para lidar com a crise", diz.

Agentes penitenciários também estão trabalhando em situação de vulnerabilidade nessa pandemia. Para se ter uma ideia, apenas um em cada dez agentes entrevistados relatam ter recebido algum tipo de treinamento para o enfrentamento da pandemia de covid-19 (o levantamento ouviu 301 agentes prisionais de todas as regiões do Brasil). Na Região Norte, a situação é ainda pior: nenhum agente diz ter recebido protocolos para lidar com o novo coronavírus nas prisões.

Sem orientações sobre como agir, muitos agentes penitenciários acabaram mudando procedimentos internos por conta própria. Alguns deles relataram na pesquisa que os banhos dos presos foram dobrados , enquanto os banhos de sol, reduzidos, para não permitir a circulação dos detentos. As revistas nas celas também passam pelo mesmo processo para diminuir contato físico.

Segundo os dados coletados, oito em cada dez agentes dizem sentir medo do covid-19 e mais da metade deles conhece amigos ou colegas que já se contaminaram pelo novo vírus. "Diante de inúmeras incertezas, vários profissionais estão saindo para trabalhar e voltam com medo de contaminar suas famílias", afirma Carlos Lima, agente penitenciário no Paraná e pesquisador no levantamento da FGV-EAESP. Outro ponto preocupante se relaciona à segurança. Com a redução nas visitas, o novo cenário tem elevado a tensão nas prisões e potenciais rebeliões.

Nove em cada dez profissionais da assistência social ouvidos pelo estudo disseram sentir medo do novo coronavírus, e quase metade (43,5%) conhece amigos ou colegas que já se contaminaram com a doença. A pesquisa ouviu 439 profissionais que atuam na "linha de frente" de serviços de assistência social de todas as regiões do País (a maioria, feminina). O levantamento mostra que, na prática, o covid-19 agravou ainda mais as dificuldades de atendimento da população mais vulnerável.

Os quatro estudos foram antecipados à imprensa nacional pela Agência BORI. Ainda em junho, os pesquisadores da FGV-EAESP deram início a uma segunda rodada na Survey com os grupos de profissionais estudados – e também incluíram defensores públicos no levantamento. A previsão é apresentar os resultados no segundo semestre de 2020.

AGÊNCIA BORI

A Agência BORI oferece serviços voltados a jornalistas de todo o País. Profissionais de comunicação cadastrados na BORI encontram pesquisas de instituições brasileiras antes de sua publicação e um banco de fontes com centenas de especialistas preparados para atender à imprensa. Acesse www.abori.com.br

DEPENDENTES DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS

ANTONIO LANZANA
é professor da USP e da Fundação Dom Cabral e copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP

A crise ocasionada pela pandemia trouxe impactos fortes não somente quanto à demanda da economia, como também em relação à oferta de bens e serviços. As medidas de isolamento impostas pelas autoridades municipais e estaduais reduziram a capacidade de produção do País, e mesmo com o retorno gradual das atividades, persistem limitações à produção, em função das medidas de distanciamento, funcionamento em horários limitados, entre outras.

Apesar dessas restrições do lado da oferta, a economia brasileira continua apresentando elevado nível de capacidade ociosa, mesmo com os sinais recentes de recuperação. Essa constatação mostra que o desempenho de curto prazo vai depender do nível de demanda econômica. Desagregando-se essa demanda, nota-se que: a) os gastos de consumo do governo (20,2% da demanda) vão se reduzir com o fim do auxílio emergencial; b) os investimentos (15,4%) não devem se expandir exatamente pela existência de capacidade ociosa; c) o setor externo de exportação (14,4%) e importação (-14,7%) enfrenta as consequências da recessão mundial. Isso posto, fica claro que o comportamento da economia nos próximos meses será determinado pelo consumo das famílias, que representa 64,9% da demanda total.

Nesse sentido, vale destacar que, depois de uma queda muito forte em abril, as vendas do comércio varejista ampliado em maio mostraram crescimento importante em relação ao mês anterior (19,6%), mas ainda estão em patamar 14,9% inferior ao observado no mesmo mês de 2019, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Olhando adiante, nota-se que a evolução do consumo das famílias vai depender de três fatores: a massa de rendimentos, o crédito e a expectativa do consumidor.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em maio, relativamente ao período pré-pandemia, a massa de rendimentos caiu 18%. Sem o auxílio emergencial, a queda seria de 33%. Isso mostra que, com o fim do auxílio, o consumo será negativamente afetado.

Apesar da redução da Selic e da elevada liquidez do sistema financeiro, não se pode esperar contribuição decisiva do crédito para alavancar o consumo, não somente porque os bancos estão muito seletivos na concessão de crédito às pessoas físicas, como também pela insegurança dos tomadores.

Em relação à expectativa do consumidor, os índices de confiança mostram que, após quedas expressivas, houve recuperação em junho, mas ainda muito longe dos níveis observados antes de março. É muito provável que esses índices indiquem evolução favorável nos próximos meses, em função da redução da intensidade da pandemia e das medidas de isolamento.

Com base nisso, pode-se tecer algumas considerações sobre a evolução do consumo das famílias no segundo semestre: a) o terceiro trimestre será mais favorável que o segundo, com tendência de crescimento do consumo, favorecido por redução das medidas de isolamento e melhora das expectativas dos consumidores; b) mesmo com esse crescimento, os níveis de consumo ficarão abaixo dos observados nos mesmos meses de 2019; c) o crescimento será arrefecido com o fim do auxílio emergencial; d) o consumo das famílias poderá voltar aos níveis do período anterior à pandemia, provavelmente no início de 2021.

É sempre importante lembrar que ainda há muita incerteza na economia, até mesmo pela falta de experiências anteriores. Uma segunda onda e o surgimento da vacina nesse período são hipóteses não consideradas aqui.

SOU GRADUAÇÃO SENAC EAD

/SenacEADoficial

@senaceadoficial

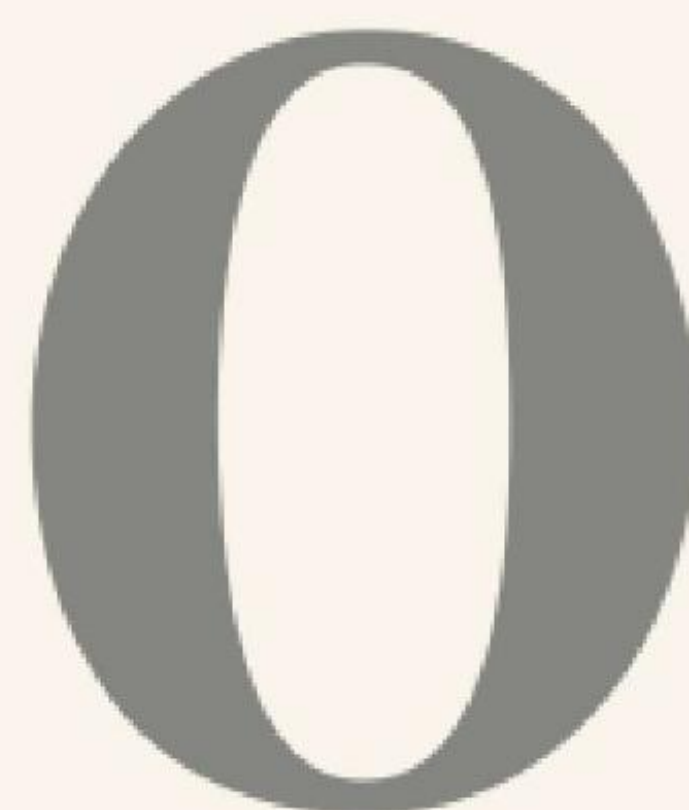
Na Graduação Senac EAD, eu estudo de qualquer lugar, faço networking com alunos do Brasil inteiro e ainda tenho o mesmo diploma dos cursos presenciais. #SouSenacEAD

INSCREVA-SE JÁ.

ead.senac.br/graduacao

Senac EAD. O mais completo.

DIREITO À SAÚDE: PARA QUE SERVE ?

Dando continuidade à publicação de trechos de livros inéditos que abordem desafios contemporâneos, a revista **Problemas Brasileiros** traz reflexões exclusivas de Octávio Luiz Motta Ferraz sobre a sua obra, que aborda os avanços e os desafios da área, no País, a partir da Constituição de 1988, que estabeleceu a saúde como dever do Estado.

O direito à saúde dos brasileiros está mais protegido hoje, três décadas após o seu reconhecimento no artigo 196 da Constituição de 1988? A pandemia de covid-19 recolocou essa questão na ordem do dia, não só no Brasil, mas ao redor do mundo. A ideia de que a saúde é um direito humano remonta à constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 1946 e está, hoje, consolidada em diversos tratados internacionais e legislações domésticas. Um total de 166 países ratificaram o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, cujo artigo 12 reconhece um "o direito de toda pessoa de desfrutar o mais elevado nível possível de saúde física e mental". Número crescente de constituições e leis infraconstitucionais também reconhecem o direito à saúde de uma forma ou de outra. Mas que diferença isso realmente faz?

A experiência brasileira é particularmente interessante e relevante para discutir essa questão. O Brasil foi um dos primeiros (e ainda poucos) países a se comprometerem expressa e inequivocamente, na Constituição, a fornecer a toda a população (atualmente, 210 milhões de pessoas) ações e serviços de saúde financiados pelo Estado (i.e. como um "direito de todos", universal, e um "dever do Estado" – art. 196 da Constituição de 1988). É também um dos países em que litígios envolvendo o direito à saúde (a chamada "judicialização da saúde") ocorre de forma mais intensa, com centenas de milhares de ações judiciais chegando atualmente aos tribunais brasileiros todos os anos. Qual o resultado de três décadas do direito à saúde na Constituição e dessa intensa judicialização?

MITOS E REALIDADES

O senso comum entre juristas, e uma parte do público brasileiro (notadamente, as classes média e alta), é a de que a Constituição pouco ou nada alterou na situação precária de saúde do povo brasileiro. As enormes filas nos hospitais, divulgadas frequentemente nos noticiários televisivos, são, para muitos, a prova de que não se pode confiar nos órgãos legislativos e executivos para o cumprimento de seus deveres constitucionais.

É nesse contexto de contumaz delinquência política que se insere a chamada "judicialização da saúde". De acordo com essa visão, que chamo de "narrativa da revolução dos direitos" (*rights revolution*), a ação judicial é uma resposta natural e legítima à negligência do Estado.

Uma imagem muito diferente emergiu dos dados empíricos que analisei sobre as três décadas de direito constitucional à saúde no Brasil. Como demonstro no livro – e é consenso na literatura de saúdes públicas nacional e internacional –, nas últimas três décadas, um amplo conjunto de políticas públicas foi implementado no Brasil com o objetivo de implementar o art. 196 da Constituição. A mais abrangente e importante foi a criação de um sistema público e universal, o Sistema Único de Saúde (SUS), que deu acesso a ações e serviços de saúde a dezenas de milhões de brasileiros que, antes da Constituição, eram abandonados pelo Estado. Entre as

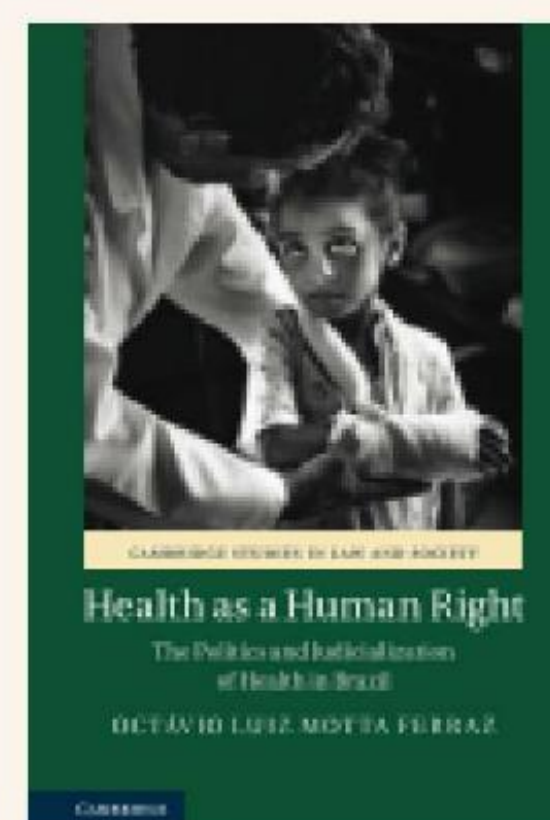
principais ações, destacam-se, entre outras, a Estratégia Saúde da Família (ESF), o Programa Nacional de Imunizações (PNI) e o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT). Existe um amplo consenso entre especialistas que essas políticas têm desempenhado papel crucial nas melhorias significativas da saúde da população nas últimas décadas, como vários indicadores demonstram (e.g. diminuição da mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida, etc.).

O retrato de negligência total e sistemática pelos poderes políticos em relação ao direito à saúde – tida por muitos como fato notório sem necessidade de demonstração – simplesmente não corresponde à realidade. [*Gráfico 1*]

O LONGO CAMINHO

Está, então, tudo ótimo com o direito à saúde no Brasil? Claro que não. Como também demonstro no livro, apesar do aumento não trivial do investimento público em saúde e do redirecionamento de recursos para programas que beneficiem os mais desfavorecidos após a Constituição, o sistema público ainda é palpavelmente subfinanciado, muito desigual e ineficiente em muitas áreas. O Brasil investe, anualmente, menos de 4% de seu Produto Interno Bruto (PIB) no sistema público de saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda 6% como investimento mínimo; a Costa Rica, com um PIB per capita semelhante ao brasileiro, investe 6,2%; países desenvolvidos que levam a saúde pública mais a sério tendem a investir em torno de 8% ou mais. Em termos per capita, vê-se o mesmo subinvestimento. Atualmente em US$ 594, o investimento do Brasil é muito menor do que o seu nível de desenvolvimento econômico comportaria. A Costa Rica investe US$ 977; a Argentina, US$ 922; o Chile, US$ 1.156; e o Uruguai, US$ 1.220.

Além disso, os recursos limitados do sistema público são desigualmente distribuídos em termos per capita entre regiões, Estados e municípios, muitas vezes de maneira regressiva. Muitos Estados do Norte e Nordeste (onde vive grande parte da população brasileira com as piores condições de saúde), têm o menor gasto público per capita em saúde do País.

A definição das prioridades sobre onde investir os recursos limitados do sistema público são também questionáveis do ponto de vista da equidade. Para ilustrar, apesar dos níveis ainda relativamente altos de mortalidades infantil e materna em vários Estados e municípios, que exigem investimento maciço na atenção primária, uma parte significativa do orçamento de saúde pública é destinada aos cuidados secundários e terciários, incluindo equipamentos médicos sofisticados, procedimentos e medicamentos caros. A assistência farmacêutica fornece um bom exemplo. Considerando que o sistema público ainda é incapaz de fornecer, a todos, os medicamentos essenciais – o que explica os altos níveis de despesas das famílias pobres com remédios –, as alocações no orçamento público com medicamentos não essenciais é crescente (em parte decorrente da judicialização, como veremos a seguir).

Outra contradição importante é o fato de a parcela de 20% a 25% dos brasileiros mais ricos serem incentivados a abandonar o sistema público em direção aos planos privados por meio de generosas isenções de Imposto de Renda (IR) colocando o Brasil na situação, talvez única, de reconhecer um direito universal à saúde na Constituição, mas ter os gastos privados em saúde (5% do PIB) maiores do que os públicos (3,8%). [*Gráfico 2*]

Não é de surpreender, portanto, que as desigualdades em saúde no Brasil ainda sejam tão altas, apesar das melhorias nos últimos 30 anos. A expectativa de vida pode variar em até 23 anos entre bairros de uma mesma cidade; a mortalidade infantil é quase três vezes maior em alguns Estados do Norte e do Nordeste do que em outros do Sul e do Sudeste; e assim por diante, com praticamente todos os indicadores da área.

Parece claro, portanto, que nem tudo está bem com o direito à saúde no País. A sociedade brasileira ainda tem um longo caminho a percorrer para cumprir a promessa constitucional de um sistema de saúde pública genuinamente abrangente, universal e igualitário.

JUDICIALIZAÇÃO COMO REMÉDIO?

Não surpreende que muitos vejam no Judiciário um potencial remédio para a situação descrita acima. Mas os dados empíricos disponíveis de duas décadas de litígios em saúde no Brasil não justificam as esperanças nessa terapêutica (a narrativa da "revolução dos direitos"). Não é

HEALTH AS A HUMAN RIGHT: THE POLITICS AND JUDICIALIZATION OF HEALTH IN BRAZIL, CAMBRIDGE STUDIES IN LAW AND SOCIETY, CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2020

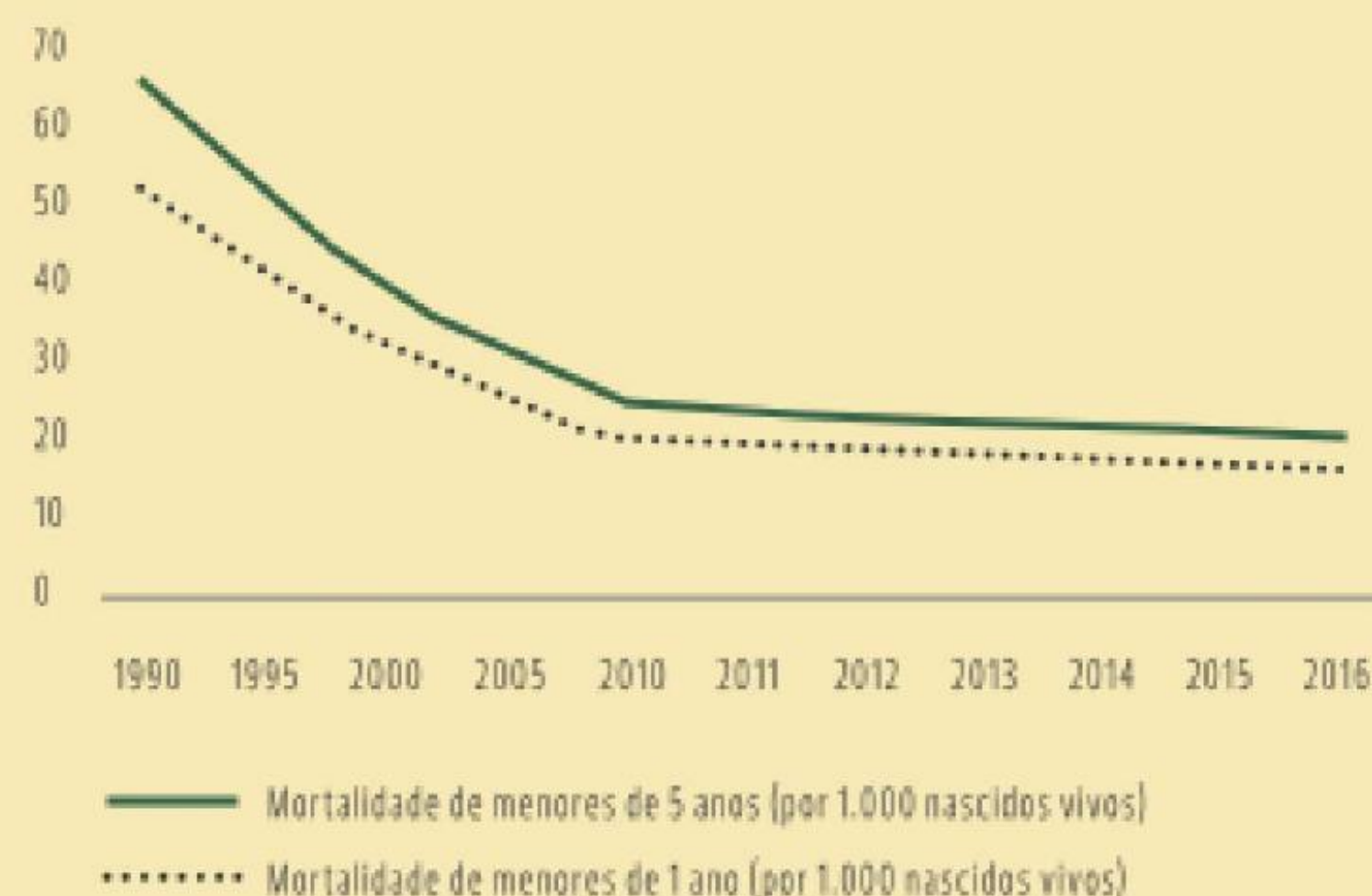
A SAÚDE COMO DIREITO HUMANO, DE OCTÁVIO LUIZ MOTTA FERRAZ

MORTALIDADE INFANTIL NO BRASIL

Gráfico 1

70
60
50
40
30
20
10
0

1990 1995 2000 2005 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016

Mortalidade de menores de 5 anos (por 1.000 nascidos vivos)
Mortalidade de menores de 1 ano (por 1.000 nascidos vivos)

Source: *United Nations Development Programme, Human Development Reports*

GASTOS PÚBLICO E PRIVADO EM SAÚDE – % DO PIB

Gráfico 2

Fonte: *OMS Global Health Expenditure database*

fácil encontrar (se é que existem) ações judiciais que envolvam as prioridades de saúde mais prementes dos pobres, como as ações de saúde pública e os serviços de atenção primária ainda não universalizados, apesar dos importantes avanços descritos anteriormente. O tratamento curativo, em especial medicamentos caros de prioridade duvidosa, representa uma grande parcela da judicialização. Os custos dessas reivindicações continuam aumentando a cada ano, tendo atingido níveis preocupantes em algumas regiões, e estima-se que consuma atualmente em torno de 3% do orçamento agregado da saúde nacional. A grande maioria das ações se concentra em alguns Estados, cidades e até bairros comparativamente mais desenvolvidos.

LIÇÕES DOS 30 ANOS: MAIS POLÍTICA E MENOS JUDICIALIZAÇÃO

Como esse livro sustenta, mediante a análise de dados empíricos (cada vez mais disponíveis), o direito à saúde de fato contribuiu para melhorias significativas no bem-estar da população brasileira, ao contrário do que muitos juristas (e parte do público) acreditam. Esse progresso foi alcançado sobretudo por intermédio da implementação de políticas públicas de saúde pelos órgãos legislativos e executivos, em parte espontaneamente, em parte pelo senso dos deveres constitucional e moral, em parte pressionados pela sociedade civil. A judicialização, com poucas exceções, mais atrapalhou do que ajudou nesses esforços. No mais das vezes, ela força o sistema público a fornecer benefícios de justificativa dúbia e altos custos de oportunidade para uma minoria de indivíduos que consegue chegar aos tribunais.

Parece não haver razão para acreditar que esse cenário mude (ou possa mudar) no futuro próximo. Para quem esteja interessado em fazer continuar o progresso do direito à saúde no Brasil, desviar o olhar dos tribunais e concentrar recursos e esforços na esfera política é o melhor a ser feito.

No cenário político desafiador em que vivemos, a recomendação pode parecer anacrônica. Mas a atual crise sanitária, como toda crise, pode também oferecer uma oportunidade. Ao colocar as ambiguidades e complexidades que discuto no livro sob os holofotes, o momento atual pode ser aproveitado para fortalecer o direito à saúde e evitar os erros cometidos nessas três últimas décadas.

Fotos: Divulgação

Fotos: Divulgação

ESTA SEÇÃO DE PROBLEMAS BRASILEIROS É RESERVADA A PARLAMENTARES DE ESPECTROS POLÍTICOS DIFERENTES, COM O OBJETIVO DE OPINAREM SOBRE OS PRINCIPAIS ASSUNTOS EM DISCUSSÃO NO PAÍS. ELES RESPONDEM ÀS MESMAS PERGUNTAS PARA QUE O LEITOR POSSA COMPARAR AS DIFERENTES PERSPECTIVAS SOBRE TEMAS DEBATIDOS EM BRASÍLIA. NA ESTREIA, CONVERSAMOS COM DUAS DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS PELA PRIMEIRA VEZ: PAULA BELMONTE (CIDADANIA/DF) E TABATA AMARAL (PDT/SP).

texto GABRIEL FIALHO

AS REFORMAS TRIBUTÁRIA E ADMINISTRATIVA SÃO NECESSÁRIAS? POR QUÊ?

TABATA AMARAL Reformas estruturantes como essas devem combater a desigualdade. Na Reforma Tributária, são dois objetivos. Um deles é a simplificação dos tributos, pois nós sabemos que tanta burocracia contribui de forma negativa para o nosso desenvolvimento econômico, criando dificuldades, em especial, para as pequenas empresas. E também fazer com que o nosso sistema tributário seja de fato progressivo. Hoje ele é regressivo, com uma carga muito grande no consumo. A Reforma Administrativa deve ir na mesma linha de combater os privilégios. Eu espero que a reforma coloque um fim aos supersalários de R$ 100 mil, R$ 150 mil por mês, que milhares de servidores recebem. Ao mesmo tempo, não confundir isso com tantas outras carreiras que já têm um salário baixo e que são desvalorizadas.

PAULA BELMONTE Além da situação sanitária que estamos vivendo, houve uma situação econômica. Não é uma discussão entre economia e saúde, uma caminha com a outra. O Brasil já estava perdendo investidores por burocracia em nossa tributação, as pessoas não conseguem compreender como é o nosso sistema tributário. E o que eu acho mais importante, e que precisamos muito, é de segurança jurídica. O Poder Judiciário tem de considerar como o Brasil está sendo visto nessa questão da segurança jurídica. Com alguns posicionamentos atuais, está havendo muita insegurança jurídica. Nesse momento de pandemia, além da questão do Sistema Único de Saúde (SUS), também ficou evidente como o Brasil ainda é ineficiente. Temos um número grande de servidores públicos. Reconhecemos a importância deles; entretanto, ficou evidente que o governo ter participação em várias empresas, para concorrer com a iniciativa privada, não tem nenhum sentido. O Brasil precisa se ater no que deve entregar à sociedade: saúde e escola de qualidade e segurança. Nós temos de fazer uma grande Reforma Administrativa, na qual seja possível diminuir o tamanho do Estado.

O PRESIDENTE JAIR BOLSONARO SE APROXIMOU DO CHAMADO "CENTRÃO". COMO VOCÊ ANALISA ESSE MOVIMENTO?

TABATA AMARAL O "Centrão" está fazendo o que sempre fez, agora, o Bolsonaro está fazendo o que ele prometeu à população que não faria. Aí está a principal diferença. Esse fisiologismo político, infelizmente, existe no Brasil há muito tempo e é muito prejudicial. Quando os políticos colocam projetos pessoais, cargos, recursos de campanha à frente do interesse da população, quem perde é o País. O nosso Brasil é menos desenvolvido, menos justo e também mais corrupto por causa desse fisiologismo.

> “QUEM ‘SEGURA A ONDA’ DO BRASIL SÃO AS MICROEMPRESAS, QUE A GENTE TEM DE VALORIZAR MUITO.”
>
> PAULA BELMONTE, *deputada federal pelo Cidadania/DF*

PAULA BELMONTE É importante a interlocução, o Executivo e o Legislativo terem um relacionamento. Mas a pauta anticorrupção tem de estar sempre presente. Fazer algum tipo de julgamento a quem quer que seja, que tenha assumido algum cargo nesse período, é inoportuno. Nós precisamos é exigir a transparência na utilização do recurso público. O mais importante não é quem indicou, mas o que o indicado está fazendo.

A DEMOCRACIA CORRE RISCOS?

TABATA AMARAL A nossa democracia está sendo muito testada e colocada em risco, mas estamos atentos. Estamos diante de um presidente que diariamente questiona a democracia, que participa de atos antidemocráticos, que tem posturas que não condizem com a de um presidente da República, que coloca projetos pessoais, de seus ministros e de seus filhos à frente do interesse brasileiro, que insiste em minimizar e ridicularizar essa pandemia e a dor de tantas famílias. Agora, o que nós podemos fazer é colocar barreiras. A defesa da democracia precisa ir além de divergências ideológicas. Até porque se a nossa democracia não for defendida, essas divergências passarão a ser discutidas não mais com base em argumentos, não mais com a população, mas com base na violência, com base no autoritarismo. Muito do meu trabalho neste momento é questionar, e faço isso junto

Fotos: Divulgação

Para a deputada Paula Belmonte, a verdadeira política se baseia no diálogo com todos para entender a convergência das pessoas e conseguir crescer, mas frisa que essa política de convergência é diferente dos conchavos feitos para roubar

a outros parlamentares, chamando atenção para o que está acontecendo e participando da construção de uma frente democrática, que não precisa concordar em muitas coisas, apenas que a democracia é o melhor caminho.

PAULA BELMONTE As pessoas têm liberdade de defender o que elas quiserem, independentemente do que defendem. Elas têm essa liberdade assegurada na Constituição. Não existe esse crime de *fake news* no Código Penal. O que existe é crime de ameaça, crime de calúnia e difamação. Esses crimes que estão tipificados no Código Penal. O que eu peço é que o Poder Judiciário não interfira nessas manifestações. Eu defendo que a gente se torne mais transparente, mais consciente e que a gente procure construir. Eu posso discordar, mas, sem dúvida, teremos coisas concordantes, e construiremos com essas coisas concordantes.

QUAL A SUA AVALIAÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO CONGRESSO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA?

TABATA AMARAL Diante da ausência de posicionamentos mais fortes do Executivo, a gente está conseguindo fazer avançar pautas importantes. Um exemplo é o auxílio emergencial. Nós pedimos, por carta, que o presidente mandasse medida provisória, que começa a valer na hora em que é enviada. Qualquer coisa que dependa da aprovação do Congresso vai demorar mais. Outro tema extremamente importante é a votação do Fundeb [*Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação*], responsável por pouco mais da metade do financiamento da educação básica e que vence este ano. Estamos há um ano e meio debatendo, chegando a um texto possível, e em nenhum momento contamos com a participação do Ministério da Educação (MEC). E nós conseguimos avançar e vamos votar o Fundeb. Projetos que olham para o aumento do feminicídio, da violência doméstica, em momento de pandemia, para a proteção dos povos indígenas.

PAULA BELMONTE O Legislativo foi e está sendo bem atuante. Tivemos aprovação rápida do auxílio emergencial. A gente entende que muitas pessoas até questionem em relação a esse dinheiro todo. Mas esse auxílio emergencial foi essencial na vida de muitas pessoas. E trouxe para nós a reflexão acerca de quantos brasileiros temos na informalidade. Apesar de estarem trabalhando, não estão com sua dignidade. Quem não quer ser formal? Estamos em um ponto que precisamos investir na geração de emprego, na segurança jurídica. Quando estamos falando do mercado informal, estamos falando da nossa fragilidade econômica. A nossa economia não pode estar baseada nessa informalidade. Quem "segura a onda" do Brasil são as microempresas, que a gente tem de valorizar muito, fazer com que elas possam crescer e ter um respaldo maior. Aprovamos também o auxílio a microempresas, com R$ 15 bilhões. Apesar de insuficiente, é importante que de alguma maneira a gente possa auxiliar para que não fechem. Uma empresa fechada significa que muitas pessoas estão perdendo o emprego.

O QUE O CONGRESSO NACIONAL PODE FAZER PARA EVITAR A DISSEMINAÇÃO DAS *FAKE NEWS*?

TABATA AMARAL Apresentei um projeto de lei com o deputado Felipe Rigoni (PSB/ES) de combate às *fake news*. Inicialmente o projeto falava sobre moderação de conteúdo, como lidar com conteúdos falsos, mas nós não conseguimos chegar a um consenso. A gente deixa momentaneamente esse debate para avançarmos em duas áreas. Uma é a transparência. A gente não sabe, por exemplo, se todos os conteúdos patrocinados são rotulados, e por que um post é derrubado e outro, não. A gente se preocupa em garantir que as redes tratem todos os usuários com os mesmos critérios. Isso é muito importante para a nossa democracia e, também, traz mais proteção ao usuário, que ele seja notificado antes da moderação e que ele possa recorrer da decisão. E a gente também olha para os robôs, que ajudam as *fake news* a se espalharem, é importante combatê-los, pois eles se passam por pessoas. A ideia é que o robô se identifique e apareça um rótulo sempre que você interagir com um deles.

PAULA BELMONTE O que é *fake news*? Uma coisa é falar assim: "Eu compreendo dessa maneira e entendo isso". Quem será o julgador se eu defender isso? Vamos supor, eu quero que o Estado se torne menor e começo a trazer dados. Isso é uma *fake news*? Não, mas para muitos pode ser. Você ir contra um sistema ou defender as suas ideias, principalmente quando a pessoa assume que fez ou falou aquilo mesmo, não é notícia falsa. Ela está falando o que ela acredita. Eu já vi tantas pessoas acreditarem em tantas coisas. E a gente tem que ter direito a isso, acreditar em coisas que a gente queira acreditar. Agora, nós, enquanto sociedade, precisamos melhorar a nossa educação. Porque, sem dúvida, quando melhorarmos a nossa educação, as pessoas vão pensar, não vão ter verdade absoluta. Elas vão pensar, refletir, vão ver se aquilo é mesmo verdadeiro. E quem será o julgador? Minha preocupação é esta: por exemplo, essa situação que aconteceu de entrarem na casa das pessoas, pegarem celulares, abrir conta.

ATUALMENTE HÁ UMA POLÍTICA DE AFROUXAMENTO DA FISCALIZAÇÃO CONTRA OS CRIMES AMBIENTAIS?

TABATA AMARAL Eu tenho certeza que o meio ambiente está em risco neste momento. Eu sou relatora da Comissão Externa de Meio Ambiente e Economia e estamos fazendo uma série de fiscalizações, com requerimento de informação, com visitas técnicas às diferentes secretarias do Ministério. É preocupante quando a gente olha o número de fiscalizações caindo ou as denúncias de servidores que dizem ter sofrido perseguição depois de alguma fiscalização, olha um índice aumentando no

"ESTAMOS CONSEGUINDO AVANÇAR E COBRIR OS PRINCIPAIS BURACOS DEIXADOS PELO GOVERNO."

TABATA AMARAL,
deputada federal pelo PDT/SP

Fotos: Divulgação

Apesar do fisiologismo da política nacional, a deputada Tabata Amaral defende que a política, por si só, é positiva, porque é onde acontece a transformação, daí a importância de se combater com muito afinco a corrupção

desmatamento, etc. Essa falsa dicotomia entre economia/desenvolvimento e meio ambiente não faz o menor sentido hoje em dia. A gente está correndo o risco de perder mercado. Sem contar a parte mais importante: nossa maior riqueza indo embora. O número de multas aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 2019 foi o menor em 15 anos; também houve um aumento de 30% do desmatamento. Lutar pelo meio ambiente é lutar pela sobrevivência da humanidade, por um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Hoje a gente está lá atrás nessa discussão, sendo ridicularizado.

PAULA BELMONTE O Brasil é o País que tem mais leis rígidas a respeito de qualquer tipo de violação ao meio ambiente. Somos o País mais rico com a sua natureza, abençoado por Deus em relação a todas as riquezas materiais e naturais. Eu acredito na sustentabilidade, temos de oferecer uma disciplina nas escolas para que as nossas crianças entendam o que é sustentabilidade, o que é a defesa do meio ambiente, o que é ecologia. Depois de mostrar esse contexto todo, para mim é inadmissível qualquer tipo de ato contra o meio ambiente que seja feito de uma forma não planejada, não autorizada. Mas também é inadmissível termos, no Norte do País, o maior número de ONGs, o maior volume de dinheiro dado para essas ONGs, e os povos indígenas estarem alcoolizados, subnutridos, automutilando-se e se matando. Precisamos, antes de defender a natureza, defender o humano.

QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE A POSTURA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) NO COMBATE AO COVID-19?

TABATA AMARAL Não existe Brasil mais desenvolvido e justo sem educação. Um estudo fez uma projeção que se o conteúdo não for reposto para esses jovens que estão sem aulas, a gente vai ter uma queda considerável no PIB, e eles podem perder R$ 42,5 mil de renda. Temos redes estaduais e municipais que estavam mais bem preparadas e conseguiram dar uma resposta efetiva, inclusive entrando nesse mundo de educação não presencial. Mas quantas redes, especialmente as menores e mais pobres, que simplesmente não podem contar com o MEC? A própria questão do Enem é simbólica. O MEC e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) só voltaram atrás e decidiram adiar o Enem por pressão da população. Esse [*Abraham Weintraub*] foi o pior ministro de Educação da nossa história. Ele ficava o dia inteiro no Twitter alimentando essa guerra ideológica e cultural que criaram, mas nunca pensaram sobre educação. Então, eu tenho um pouco de esperança que em algum momento se pense sobre os nossos milhões de jovens e que a gente possa devolver a eles esse direito de sonhar.

PAULA BELMONTE Eu integro a Comissão de Educação, e, no ano passado, nós ficamos nessas discussões ideológicas, tanto de um lado como do outro. Aproveito até para dizer que o ministro anterior [*Abraham Weintraub*] fomentou muitas vezes essas discussões, e não conseguimos avançar. O que eu desejo desse próximo ministro é que ele venha construir pontes, trazer uma escola de qualidade para as nossas crianças. O investimento em nossos jovens e em nossas crianças é muito pequeno. Estamos em campanha para que o Fundeb seja votado. Ali se fala em um investimento anual de R$ 4 mil por aluno. Hoje nós temos 127 mil jovens no sistema socioeducativo. Quando a gente fala do sistema socioeducativo fechado – vou colocar metade, 60 mil jovens. Sabe quanto custa para o nosso Estado cada menino no socioeducativo? De R$ 9 mil a R$ 14 mil por mês. A gente deve refletir muito seriamente sobre o que o Brasil está fazendo. Ele está construindo presídios em vez de escolas. Ele está construindo uma desigualdade sem tamanho. Precisamos encarar a educação de uma forma muito séria.

TABATA AMARAL TEM 26 ANOS, FOI ELEITA DEPUTADA FEDERAL PELO PDT/SP. FILHA DE UMA BORDADEIRA E DE UM COBRADOR DE ÔNIBUS, DESTACOU-SE DESDE CEDO NA ESCOLA, CONQUISTOU PRÊMIOS E BOLSAS E SE FORMOU EM CIÊNCIA POLÍTICA EM HARVARD (ESTADOS UNIDOS). NO CONGRESSO, MOBILIZA CAUSAS DA EDUCAÇÃO, DO MEIO AMBIENTE E DA PROTEÇÃO À MULHER.

PAULA BELMONTE FOI ELEITA PELO CIDADANIA/DF, TEM 47 ANOS, É FORMADA EM ADMINISTRAÇÃO, CASADA E MÃE DE SEIS FILHOS. NA CÂMARA, DEFENDE PAUTAS DE DIREITOS DA CRIANÇA, EMPREENDEDORISMO E COMBATE À CORRUPÇÃO.

FÔLEGO E HORIZONTE CONTRA A CRISE

Nenhum profeta poderia imaginar como estava errado o título do meu primeiro artigo de 2020, aqui, nas próprias páginas da **PB**: "Por um ano previsível e racional". A despeito de o Conselho de Economia Empresarial e Política (CEEP) da FecomercioSP ter concluído o ano de 2019 com um balanço otimista sobre as perspectivas da recuperação econômica, do ambiente internacional receptivo, da retomada das reformas estruturantes pelo Congresso e da estabilidade política se consolidando no País, com o covid-19, tudo mudou.

Apesar do alerta acertado sobre as falhas da comunicação presidencial e da ineficácia da polarização ideológica para o crescimento nacional, vislumbramos um ano da boa e produtiva economia: empregadora, diversificada, lucrativa, distributiva, previsível e racional.

Será que a pandemia pôs tudo por água abaixo? O que temos até agora, na metade de um ano surpreendente para todos, é buscar fôlego e horizonte para sair da crise, dando a volta por cima e recomeçando em novo patamar. Toda crise começa chamando a atenção, desperta curiosidade, deixa lições e deve ser superada. Cabe ao governo ajudar os empresários a preservar os seus negócios para que os trabalhadores possam conservar os seus empregos.

A pandemia tornou-se, ao mesmo tempo, um fator de insegurança e de perda de confiança no presente; contudo, também um grande acelerador do futuro, obrigando o governo, as empresas e as pessoas a se ajustarem ao mundo digital. O mercado de trabalho, o modelo de negócios e a atenção dos consumidores se deslocou para ofertas e soluções criadas ou impulsionadas pela tecnologia.

Por isso, nada justifica a falta de agilidade e demora na execução e na distribuição do crédito emergencial, mesmo havendo decisão favorável da equipe econômica e apoio do Congresso. A falta de unidade entre o governo e o agente econômico amplia a contradição na análise sobre o desempenho do mercado. É um paradoxo olhar o entusiasmo nas Bolsas e deduzir queda do desemprego e altos índices de recuperação econômica. A magnitude da liquidez não abre a loja.

Para que as reformas necessárias à racionalidade administrativa e à justiça fiscal retomem seu debate, é preciso que o governo construa pontes mais sólidas com o Congresso do que as originadas pelas necessidades conjunturais de estabilidade política.

Também é de muito bom tom distencionar o ambiente de negócios e estabilizar o discurso diplomático em relação a políticas ambientais e parcerias comerciais. O capital internacional e o investidor externo estão cada vez mais submetidos a cláusulas democráticas e decidem pelo desinvestimento seletivo quando percebem fragilidade na governança socioambiental do País.

Há um lado desafiador no processo de recuperação. As calamidades distantes chegaram. Todavia, as conexões tecnológicas aumentaram e criaram novas formas de aproximação entre as pessoas. Quem poderia imaginar que, um dia, não poder abraçar seria recomendável? A força dos propósitos comunitários, a valorização do conhecido, a aceitação da higienização, a maior seletividade no consumo, etc., tudo aponta para efeitos que não passarão tão rápido.

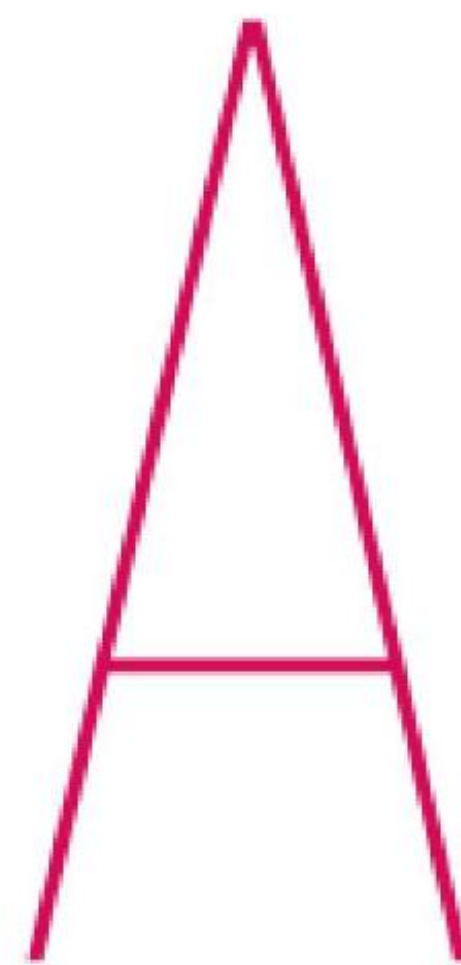
E também para novas possibilidades. Aprender coisas novas, interessar-se pelo que é desconhecido do seu negócio. Vivemos uma suspensão de valores que pode conter uma aceleração do futuro, com reconfiguração de espaços e prioridades econômicas.

Com atenção às exigências práticas, fruto do isolamento, atentos ao preparo pessoal e à tecnologia certa, podemos voltar mais fortes, mudar o equilíbrio de longo prazo e, mais conectados, nos fazermos mais necessários e produtivos.

PAULO DELGADO
é sociólogo e copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP

POLÍTICA

VOTO CONSCIENTE

texto MARCUS LOPES | ilustração TIAGO ARAUJO

Acompanhar – e cobrar, sempre que necessário – a atividade dos eleitos para o Legislativo e o Executivo era algo estranho para a maior parte dos brasileiros durante décadas. Apenas em meados da década de 1980, o embrião da mudança surgiu com o movimento Diretas Já, que reuniu partidos políticos e instituições da sociedade civil. Ali nascia a fiscalização da sociedade sobre o trabalho dos representantes que elegeu.

Em fevereiro de 1984, foi instalado na Praça da Sé, no Centro de São Paulo, um grande painel de 348 metros quadrados com os nomes de todos os deputados federais do País em exercício, além do posicionamento deles em relação à emenda constitucional que propunha eleições diretas no ano seguinte para a Presidência da República. Criado pelo movimento nacional suprapartidário Diretas Já, o painel parecia um volante de loteria esportiva com um "X" marcado manualmente de acordo com o voto do parlamentar: "sim" ou "não", para as eleições diretas.

A proposta constitucional, que ficou conhecida como "Emenda Dante de Oliveira", foi rejeitada pelo Congresso Nacional em abril de 1984. Mas o Diretas Já teve influências mais longevas. "Esse movimento [*de fiscalização e controle da sociedade sobre o trabalho dos políticos*] existe desde meados dos anos de 1980 no Brasil, motivado pelo processo de redemocratização, que começava a sair da ditadura militar, e pela experiência participativa do processo constituinte", explica o cientista político Humberto Dantas, diretor do Movimento Voto Consciente e coordenador do blog *Legis-Ativo: a Ciência Política e um olhar sobre os Legislativos*, publicado no portal do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Criado por um grupo da sociedade civil na capital paulista, em 1987, em meio às discussões sobre o processo constituinte de 1988, o Movimento Voto Consciente nasceu da necessidade de cobrar e acompanhar o trabalho dos políticos eleitos. No início, monitoravam os vereadores paulistanos. Com o tempo, cresceu e começou a participar nos trabalhos legislativos municipais, marcando presença na elaboração da Lei Orgânica do Município de São Paulo, aprovada em 1990. Daí passou a acompanhar a Assembleia Legislativa, se espalhou por outras cidades paulistas e hoje alcança outros Estados: Rio de Janeiro, Rondônia, Minas Gerais e Ceará.

Segundo Dantas, que também é coordenador da pós-graduação em Ciência Política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e pesquisador da Fundação Getulio Vargas (FGV-SP), o controle da sociedade civil no trabalho dos governantes ganhou novo impulso com os protestos realizados em 2013.

As Jornadas de Junho, como ficaram conhecidas as manifestações em várias cidades e Estados, acabaram se transformando no maior movimento de protesto dos cidadãos desde o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. Para isso, os manifestantes contaram com uma importante aliada: a tecnologia, ferramenta que se tornou essencial para aprimorar o monitoramento da sociedade sobre o trabalho dos políticos. "A segunda grande onda de olhar sobre o Legislativo [*a primeira ocorreu no Diretas Já*] existe por conta dos atributos novos e modernos que a tecnologia trouxe", explica Dantas.

"Esses movimentos são fundamentais, pois demonstram a participação da população na democracia do País", afirma o advogado Armando Luiz Rovai, que também é professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

"Estamos vivendo um momento de consolidação da democracia e o Estado de direito, para funcionar bem, tem de ter essa participação po-

pular", completa Rovai, lembrando que o País vive fase de forte polarização política, o que torna ainda mais importante a participação da sociedade na consolidação do sistema democrático, que, segundo ele, exige transparência no exercício do cargo por parte dos agentes públicos.

"Quanto maiores forem a transparência dos agentes públicos e a fiscalização por parte da população, melhor será o regime democrático", afirma Rovai, que destaca o papel da imprensa. "Quem está na vida pública não tem que gostar ou não gostar, mas acatar essa fiscalização por parte da imprensa e da população. Quem não aceitar isso, melhor não entrar na vida pública. A imprensa livre é fundamental", diz o professor.

Opinião semelhante tem o engenheiro civil Mario Mello: "O monitoramento fortalece a formação de posicionamento político e aproxima eleitores dos representantes eleitos, dando acesso, ao público geral, às decisões que antes eram tomadas e ficavam restritas às casas parlamentares", explica ele, que, com larga experiência na indústria de serviços financeiros e tecnologia, fundou em 2018 (e da qual é o atual presidente) a Associação Poder do Voto, entidade apartidária e sem fins lucrativos que acompanha o trabalho dos parlamentares no Congresso para reforçar a conexão com o cidadão.

A associação oferece o aplicativo Poder do Voto, que permite acompanhar, de maneira gratuita, os principais projetos de lei em discussão. Pela ferramenta, que já tem mais de 50 mil downloads, o usuário pode seguir o trabalho do político que elegeu e mandar recado aos seus representantes, mostrando se é a favor ou contra um projeto.

"A 'desculpa' [*do eleitor*] é sempre falta de tempo para acompanhar o Congresso. Com o Poder de Voto, em apenas cinco minutos por semana esse problema está resolvido", diz Mello, que destaca a importância dessa interatividade para a transparência e a consolidação da democracia.

"O acesso transparente à informação e ao processo decisório é fundamental para os aumentos da credibilidade e da atuação da população em geral. Seguindo os princípios do Poder do Voto, as soluções tecnológicas de acompanhamento devem ser imparciais, com isenção de posicionamento, alto grau de automação, confiabilidade e transparência, além do dever de serem comprovadamente seguras", completa Mello, que destaca as necessidades das isenções partidária e ideológica para que o trabalho de acompanhamento ofereça resultados positivos aos usuários.

Presente em 150 cidades de 17 Estados, o sistema Observatório Social do Brasil (OSB), associação sem fins lucrativos de voluntários sem filiação partidária, analisa editais de licitações das prefeituras para checar aspectos legais e preços, enviando ofício ao executivo municipal solicitação das devidas correções, em caso de irregularidades. Ainda promovem ampla divulgação do edital, para ciência e participação de mais empresas, ampliando a concorrência e dando à prefeitura melhores condições de negociação de qualidade e preço.

A cada quatro meses, os OSBs locais apresentam os resultados de cada intervenção, desde um ofício enviado à prefeitura ou à câmara de vereadores local até a resposta – ou sua ausência – das autoridades. O sistema OSB calculou que, entre 2013 e 2019, tais ações permitiram economia de mais de R$ 4 bilhões aos cofres.

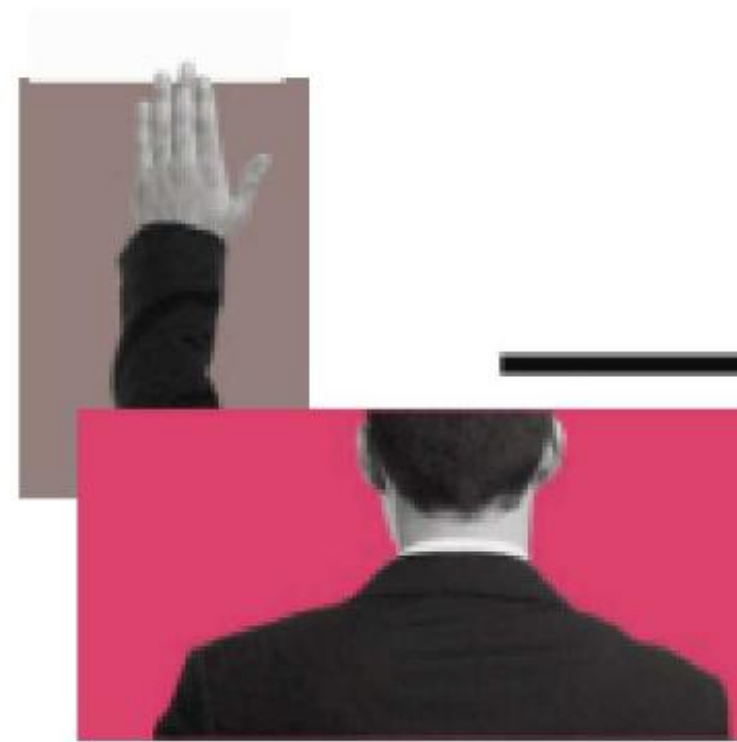
"Nós temos um sonho: transformar o Brasil numa área livre de corrupção. E, para que isso aconteça, precisamos de união, parcerias e bons exemplos. Cada cidadão pode influenciar outros, tornando-se exemplo de integridade, sendo disseminador de atitudes positivas", afirma a empresária e presidente do OSB, Belonice Sotoriva.

Para o monitoramento do Legislativo, o OSB usa a plataforma MonitLegis, na qual são registrados os gastos dos vereadores e sua produção legislativa, com base nas atas das sessões da câmara. "Pelos gráficos comparativos, é possível mostrar aos vereadores o quanto estão se distanciando das suas promessas de campanha, quão relevantes são suas propostas e onde podem economizar recursos", diz Belonice.

Em Palmas, no Tocantins, o OSB tem 70 voluntários. "Fiscalizamos e monitoramos atos e despesas da gestão municipal, tanto da prefeitura como da câmara, bem como a qualidade da atuação legislativa. Também fazemos palestras e campanhas para conscientizar e informar a população sobre o que ocorre na gestão pública e como ela pode ajudar", explica a presidente do OSB Palmas, Cláudia Regina de Sousa e Silva.

Entre as atividades vitoriosas locais, estão a solicitação para retomada de obras públicas paradas e a pressão para a realização de concurso público na câmara. "Conseguimos esse concurso, já que lá havia mais de 500 servidores e apenas 30 efetivos", diz Cláudia Regina.

GESTÃO EM REDE

Em Minas Gerais, o Instituto Cultiva criou metodologia de avaliação dos serviços municipais pelos cidadãos. Em visitas domiciliares, os técnicos colhem a opinião dos munícipes sobre itens como coleta de lixo e atendimento à saúde, que

geram relatórios a cada 60 dias. O projeto Gestão em Rede é aplicado em municípios como Monte Sião. Os dados coletados são encaminhados aos secretários municipais, e as respostas, devolvidas aos moradores em boletins eletrônicos e reuniões virtuais. "Usamos pouco a tecnologia disponível no Brasil. Poderíamos disseminar aplicativos para que cidadãos pudessem postar problemas sociais e erros na condução de políticas públicas", diz o presidente do Instituto Cultiva, o cientista político Rudá Ricci.

A fiscalização dos agentes do Executivo e do Legislativo também é importante para garantir a inclusão social das classes menos favorecidas, segundo a diretora-executiva da Habitat para a Humanidade Brasil, Socorro Leite. "Essa fiscalização ajuda os eleitores a identificarem os candidatos, ou candidatas, mais alinhados à promoção de um Estado justo", diz Socorro. Ela cita como exemplo o Fórum Nacional de Reforma Urbana, que tem uma campanha nesse sentido, a De Olho no Seu Voto. "Após as eleições, a fiscalização é essencial para garantir que os eleitos cumpram com os compromissos que firmaram durante a campanha e avancem por políticas de inclusão social. O controle social é fundamental, e a sociedade civil precisa estar ativamente engajada em fiscalizar o trabalho do Legislativo e do Executivo", diz Socorro.

INTERNACIONAL

Em outros países, a fiscalização e a busca por transparência nas ações dos servidores eleitos pela população já fazem parte da cultura local. Desde 1993, na Alemanha, a ONG Transparência Internacional (TI) trabalha "por um mundo no qual governos, empresas, sociedade civil e a vida das pessoas sejam livres de corrupção". Presente em mais de cem países, entre eles o Brasil, a TI fiscaliza e monitora a administração pública e denuncia irregularidades que ponham em risco o bem-estar da população.

"Entendemos que a corrupção possui raízes profundas e se vale de diferentes condicionantes, desde aspectos legais e institucionais até comportamentais. Por isso, agimos, sobretudo, para promover mudanças sistêmicas", diz o estatuto da TI, que desenvolve mecanismos para fiscalização de agentes públicos.

Trabalho semelhante é desenvolvido pela Open Knowledge Foundation, também da Alemanha. A entidade conta com um braço no Brasil e tem atuado fortemente pela transparência de informações do Poder Público – em todas as esferas – durante a pandemia de coronavírus no País. Para isso, criou um Índice de Transparência de covid-19, que avalia cada Estado brasileiro de acordo com a lisura de informações sobre a doença.

Iniciativa semelhante foi tomada pelo Banco Mundial, que mantém departamento de busca por transparência de informações do Poder Público com a sociedade no mundo inteiro, o Open Government Partnership (OGP). O comitê do OGP mantém contato com ONGs internacionais dedicadas à transparência e à fiscalização de ações de chefes de governo e parlamentos.

Na América do Sul, há organizações em países como Argentina, Chile e Colômbia que se dedicam a fiscalizar as ações dos governantes locais. Uma delas é a Fundación Éforo, na Argentina, que mobiliza os cidadãos argentinos a cobrar transparência nas ações dos agentes públicos, do Executivo e do Legislativo, "criando um vínculo de confiança entre governantes e governados".

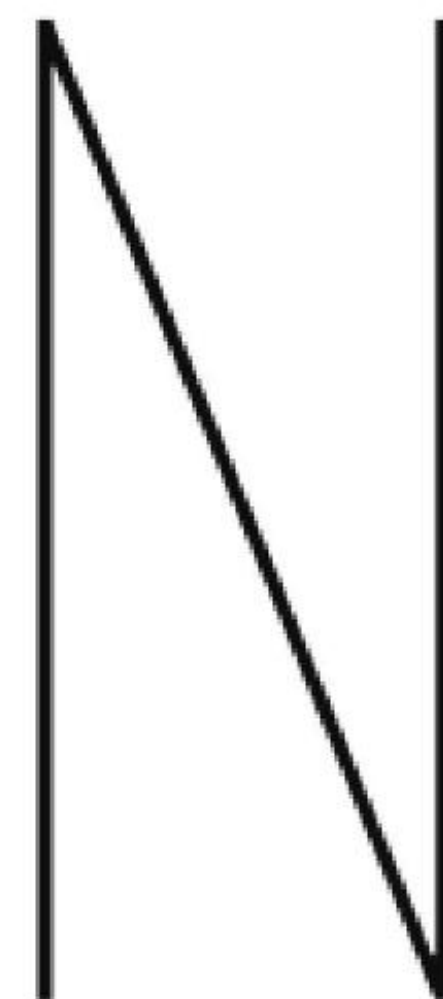
Na Colômbia, o trabalho da ONG Bogotá Cómo Vamos é combinar, analisar e divulgar indicadores técnicos que permitam ao cidadão conhecer melhor a gestão pública da capital do país, o trabalho dos governantes e os impactos gerados na qualidade de vida da população.

Para o professor Rovai (Mackenzie e PUC-SP), a fiscalização feita pela população sobre os agentes públicos é fundamental para a cidadania e deve ser exercida de maneira permanente. "A democracia só funciona quando é utilizada pela população. Senão, é como um músculo do corpo: quando não utilizado, acaba atrofiando."

"O MONITORAMENTO FORTALECE A FORMAÇÃO DE POSICIONAMENTO POLÍTICO E APROXIMA ELEITORES DOS REPRESENTANTES ELEITOS, DANDO ACESSO, AO PÚBLICO GERAL, ÀS DECISÕES QUE ANTES ERAM TOMADAS E FICAVAM RESTRITAS ÀS CASAS PARLAMENTARES."

MARIO MELLO,
presidente da Associação Poder do Voto

REPÚBLICA DA MORDAÇA

texto HERBERT CARVALHO | ilustração BRUCK NOGUEIRA

No apagar das luzes da ditadura do Estado Novo, em 1946, o jornalista Carlos Castelo Branco recebeu uma tarefa: dispensar o censor, que todas as noites lia previamente pilhas de laudas para decidir o que podia ou não ser publicado. Travou-se, então, o seguinte diálogo, conforme narra o jornalista e escritor Fernando Morais, em seu blog *Nocaute*:

– *Ataliba, se você quiser ler o* Estado de Minas *vai ter que comprar o jornal amanhã na banca.*
Ao que o funcionário respondeu, profeticamente:
– *Já entendi, vou-me embora. Mas um dia eu volto.*

Voltou, travestido de oficial das Forças Armadas, no dia 13 de dezembro de 1968, data do decreto do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), que suspendeu as garantias e liberdades constitucionais, escancarando a ditatura militar implantada em 1964. No dia seguinte, para denunciar a censura imposta à redação, a primeira página do *Jornal do Brasil* trazia uma inédita "previsão do tempo", que escapara ao desatento censor: "Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O País está sendo varrido por fortes ventos."

Nos anos seguintes, poemas de Camões e receitas culinárias preencheriam o espaço das notícias censuradas nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, respectivamente. Na revista *Veja*, arvorezinhas [*símbolo da Editora Abril*] ocupavam o lugar das matérias, charges, ilustrações e fotos vetadas.

A censura também proibiu, cortou e mutilou o trabalho de artistas na música, no cinema, no teatro, na literatura e nas artes plásticas. Apenas no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), o ministro da Justiça, Armando Falcão, censurou mais de 500 livros, além de centenas e milhares de filmes, músicas, jingles e peças de teatro, revelando uma obsessão pelos temas vinculados à sexualidade. Os vetos eram determinados pela Divisão de Censura de Diversões Públicas, da Polícia Federal. "Toda uma geração cresceu tutelada, declarada incapaz de escolher livremente", sintetizou o crítico teatral Yan Michalski, no fascículo "Nosso Século" (ed. Abril).

Com as liberdades de pensamento, de expressão e de atividades artística e científica garantidas pela Constituição de 1988 – que, ainda por cima, proíbe categoricamente a censura em seu art. 220 –, esperava-se que essa tutela estivesse definitivamente superada, junto ao totalitarismo que marcou indelevelmente o século 20.

ÍNDEX ANACRÔNICO

Ledo engano, porém. Desde 2017 a sombra da censura volta a pairar sobre a liberdade de expressão, inicialmente sob a forma de um surto de intolerância à diversidade cultural. Em Porto Alegre (RS), a exposição *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, promovida pelo grupo Santander, foi encerrada antes do previsto porque grupos conservadores entenderam que algumas das obras expostas "desrespeitavam valores religiosos e morais". Ecoando esse brado, o prefeito, Marcelo Crivella, vetou sua exibição no Museu de Arte do Rio (MAR), no Rio de Janeiro.

Em São Paulo, a divulgação das fotos de uma criança (acompanhada pela mãe) tocando o pé do artista, Wagner Schwartz, que se apresentava nu na performance La Bête, resultou em ameaças e agressões físicas. Uma escalada que culminou com a proibição judicial da peça *O evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu*, que seria apresentada no Sesc de Jundiaí (SP). A representação de Jesus pela atriz Renata Carvalho – que é uma mulher trans – foi entendida pelo juiz como "atentatória à dignidade da fé cristã", em decisão posteriormente revogada pelo Tribunal de Justiça.

Do Sul e do Sudeste, em 2020 a censura espalha-se em metástase pelo Norte e pelo Nordeste, agora pela via policial. Em Belém (PA), a Polícia Federal instaurou inquérito contra autores de cartazes com sátiras ao presidente, Jair Bolsonaro, que anunciavam um festival punk, o Facada Fest. Em Pernambuco, durante o último carnaval, a Polícia Militar proibiu a performance da música "Banditismo por uma questão de classe", de Chico Science & Nação Zumbi, por causa deste trecho da letra: "Em cada morro uma história diferente/que a polícia mata gente inocente."

Embora efêmero, o ato mais anacrônico e absurdo ocorreu em Roraima, por meio de uma lista assinada pelo secretário da Educação, Suamy Lacerda, com 43 obras a serem recolhidas das bibliotecas públicas locais, de autores como Machado de Assis, Mário de Andrade e Euclides da Cunha. Prontas reações do Ministério Público e da Academia Brasileira de Letras (ABL) apressaram o governo estadual a desistir de ressuscitar, em pleno século 21, uma prática inaugurada pelo Concílio de Trento (1545-1563), o Index Librorum Prohibitorum, destinado a banir obras heréticas dos países católicos.

O Brasil herdou de Portugal a sanha persecutória da Inquisição, que levava para a fogueira acusados de heresia, feitiçaria, bigamia, sodomia, apostasia e de escrever e publicar ideias proibidas. O Estado monárquico português entregou à Igreja o controle absoluto de tudo o que fosse impresso. O fogo eliminava os pecadores e seus escritos, as obras eram mutiladas – até a epopeia de *Os Lusíadas* teve partes alteradas.

Três séculos de autos de fé na metrópole não conseguiram impedir, porém, a proliferação do judaísmo, do protestantismo ou das ideias ilustradas, que chegavam até a colônia – proibida de ter gráficas – por meio de contrabando. A posse de livros que continham "os abomináveis princípios franceses", enunciados por autores como Montesquieu, Rousseau ou Voltaire, foi usada como evidência de culpa na devassa contra os inconfidentes de Minas Gerais. Consta dos autos que Tiradentes possuía, em francês, a *Coleção das Leis Constitucionais dos Estados Unidos da América*.

A imprensa chegou ao Brasil apenas em 1808, por meio de uma gráfica encaixotada no porão de um dos navios que trouxeram a família real. Como os regimes monárquicos absolutistas não podiam ser postos em discussão, e consideravam crime pensar diferente, D. João VI estabeleceu que a Imprensa Régia seria administrada por uma junta encarregada de "fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes". Essa última justificativa estaria presente um século e meio depois no Decreto-lei 1.077, de janeiro de 1970: "Art. 1: não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação."

Ao longo da história, o lobo da censura perde o pelo, mas não o vício. Em 28 de agosto de 1821, foi proclamada a liberdade de imprensa no Brasil, mas esse mesmo decreto de D. Pedro I seria um dos assuntos censurados pela ditadura militar. Nosso primeiro imperador também conviveu às turras com essa liberdade, assegurada pela Constituição de 1824, outorgada por ele mesmo. A série *Falas do trono* de 1829 e 1830 reclamava da Assembleia Legislativa medidas especiais contra publicações que acabariam por levá-lo à abdicação em 7 de abril de 1831, data consagrada entre nós como o Dia do Jornalista.

Comportamento diverso teve D. Pedro II, sendo que seus aproximadamente 60 anos de reinado constituíram o maior período de funcionamento ininterrupto das instituições liberais no País. A imprensa era livre tanto para pregar o ideal republicano quanto para detratar o imperador. "Diplomatas europeus e outros observadores estranhavam a liberdade dos jornais brasileiros", conta o historiador José Murilo de Carvalho. Mesmo diante de ataques ilustrados com caricaturas que o ridicularizavam perante o povo, o monarca se colocava contra a censura: "Imprensa se combate com imprensa", dizia.

REPÚBLICA DA MORDAÇA

O Estado republicano, ao contrário, revelou-se censor por excelência desde os seus primeiros minutos de existência. Já em dezembro de 1889, o Governo Provisório chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca decreta censura, temeroso da reação monárquica. O decreto trazia a assinatura de liberais como Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo – os dois últimos, jornalistas.

Em pleno século 20 – na era da informação e da imagem multiplicada –, a cultura viu-se

É DA NATUREZA DA ARTE A IRREVERÊNCIA E A CRIATIVIDADE, SEM QUALQUER TIPO DE AMARRA

obrigada a ser novamente sussurrada, em grande parte pela influência da Igreja. Em 1915, com base nos preceitos católicos, o frei franciscano Pedro Sinzig, alemão naturalizado brasileiro, elaborou um *Guia para as consciências*, classificando os livros em três categorias: recomendados; recomendados com ressalvas; e perigosos – veneno para a alma dos leitores.

Outro padre, este pernambucano, Serafim Leite, reclamou punição para Gilberto Freyre, autor de *Casa-grande & senzala*, classificado como "o pornógrafo do Recife". A revista *Fronteira*, editada por congregados marianos, dizia que livro e autor deveriam ser submetidos a um "purificador auto de fé nacionalista e cristão", por terem "transformado a casa-grande num bordel".

No cinema não foi diferente. Em 1907, Francisco Serrador montou em São Paulo o pioneiro *Bijou-Palace*. Numa dada ocasião, um padre salesiano quis vetar um filme; o empresário disse que bastava cortar o trecho em questão. Estava inaugurada a censura aos filmes por pressão da Igreja, que se estenderia até 1985, quando o presidente José Sarney proibiu a exibição do filme *Je vous salue, Marie*, de Jean-Luc Godard.

A censura oficial praticada pelo Estado tem início na década de 1920 com a instalação, em São Paulo, da Delegacia de Ordem Pública e Social, o famigerado Dops, órgão também encarregado da repressão política, extinto apenas em 1983. A Revolução de 1930 mantém a legislação restritiva da liberdade de pensamento instituída na Primeira República.

O escritor Monteiro Lobato, perseguido pelo governo de Artur Bernardes por causa da defesa que fazia do voto secreto, vai parar na cadeia por ordens do ditador Getúlio Vargas, na década de 1940. Um de seus livros infantojuvenis, *Peter Pan*, teve todos os exemplares recolhidos e destruídos por ordem do Tribunal de Segurança Nacional. A causa foi um trecho no qual Dona Benta apresenta a Pedrinho a cobrança de impostos como "um sistema para arrancar dinheiro do povo e encher a barriga dos parasitas". Ainda durante o Estado Novo, a obra *Tarzan, o invencível* foi considerada como "doutrinamento bolchevista para crianças".

Nos Anos de Chumbo, quando o compositor Chico Buarque de Holanda precisou se transformar no fictício "Julinho da Adelaide" para conseguir liberar suas músicas, foram tantos os casos bizarros, que foi possível compor o *Febeapá – o festival de besteiras que assola o País*, livro publicado pelo humorista Stanislaw Ponte Preta.

Vexame planetário foi a proibição, na década de 1970, da apresentação comemorativa dos 200 anos do Ballet Bolshoi.

Como resumo da ópera, o Brasil viveu sempre sob o signo da censura e a liberdade de expressão continua em risco, até porque é da natureza da arte a irreverência e a criatividade, sem qualquer tipo de amarra. As manifestações culturais são direitos fundamentais que prevalecem sobre outros valores constitucionais, de acordo com jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Casos de dano, crime ou ilícito civil devem ser apurados, e o artista, responsabilizado posteriormente, nunca com censura prévia.

Isso é um foninho?
Estamos sem verba.
jean galvão

DO BRASIL PARA O MUNDO

Temos 56 anos de histórias. Analisamos momentos críticos e buscamos soluções para desafios políticos, socioeconômicos e culturais do País.

E, agora, lançamos um site com conteúdos exclusivos para ficarmos ainda mais próximos dos nossos leitores.

Esperamos você.

PB

ACESSE
www.revistapb.com.br

OUÇA O PODCAST REVISTA PB